



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DIGITAL NA ESCALA 1:5.000 E SEU PROCESSAMENTO, PERFILAMENTO A LASER PARA GERAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL, A FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM/GEO, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO, O RECADASTRAMENTO FÍSICO TERRITORIAL ABRANGENDO TODOS OS IMÓVEIS, LOGRADOUROS E SEGMENTOS DE FACE DE QUADRA LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO, A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS IMPLANTADOS.

QUADRO RESUMO	
DADOS GERAIS	Início da entrega das propostas e documentos de habilitação: dia 17/08/2020
	Abertura das Propostas: às 13:30 horas do dia 27/08/2020
	Início da sessão de disputa: às 14:00 horas do dia 27/08/2020
	Modo de disputa: Aberto e Fechado
	Intervalo mínimo de diferença entre valores ou percentuais dos lances? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
	Qual?
	Unidade Gestora Compradora (Requisitante): Secretaria de Desenvolvimento da Cidade.
	Número do Processo Administrativo: 591296/2019
	Contém lotes para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <i>(em caso positivo, o sistema provedor indicará os lotes cuja participação é exclusiva)</i>
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	Licitação com reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <i>(em caso positivo, o sistema provedor indicará a reserva de cota para participação exclusiva)</i>
	Dotação Orçamentária: 29.01.0015.451.0016.1.0287 - Elemento de Despesa: 4.4.90.51.80 - Fonte do Recurso: 1.920.0412 – OP. CRÉD. INTERNA - FINISA.
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA	Critério de Julgamento das propostas: Menor preço global por lote
	Quantidade de casas decimais: 02 (duas) casas
	Exige indicação de marca no sistema provedor? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
	Exige apresentação de amostras?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

INFORMAÇÕES SOBRE AMOSTRAS	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
	Prazo para apresentação: Não se aplica.
	Local de entrega da amostra: Não se aplica.
	Horário de recebimento: Não se aplica.
INFORMAÇÕES SOBRE VISITA TÉCNICA	Recomenda a realização de visita técnica pelo licitante? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <i>(em caso positivo, constará anexo ao edital modelo de declaração de pleno conhecimento das condições para execução do objeto e de atestado de visita técnica)</i>
	Prazo para realização: Até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
	Horário para agendamento da visita: Não se aplica.
	Servidores responsáveis pelo agendamento: Sra. Lúcia Regina Senna Miranda Tourino, pelo telefone (27) 3382-6327 e Sra. Samantha Correia Maciel, pelo telefone (27) 3382-6305 e SEMFA/SUB-TI, Sr. Glauber da Pachoa Teixeira, pelo telefone (27) 3382-6340 de segunda a sexta-feira.
	Telefone: (27) 3382-6327, (27) 3382-6305 e (27) 3382-6340.
CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO	Exige assinatura de instrumento contratual: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <i>(em caso positivo, o instrumento respectivo constará anexo ao edital, em formato de minuta, onde serão apresentadas todas as informações relativas à entrega/execução do objeto)</i>
	Forma de execução/fornecimento: O início da execução do serviço deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço (OS). Os serviços serão executados conforme especificações dos Anexos I e II deste Edital.
	Prazo de execução/fornecimento: O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura, o qual terá duração até 24 (vinte e quatro), sendo 12 (doze) meses para execução e entrega dos produtos, acrescido de 12 (doze) meses de suporte técnico operacional, manutenção e atualização dos Sistemas implantados, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, devidamente autorizada formalmente pela Autoridade Competente, observado o disposto no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93. O prazo para início da execução se iniciará a partir do recebimento da Ordem de Serviço e Autorização de Fornecimento.
	Local de execução/fornecimento: Município de Vitória
	Horário de recebimento: Não se aplica
	Exige garantia do produto? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
	Qual?



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

FISCALIZAÇÃO	Nome dos fiscais: Lucia Regina Senna Miranda Tourino, Gerente de Cadastro Municipal (SEMFA/SUB-REC), Glauber da Pachoa Teixeira, Gerente de Geoprocessamento (SEMFA/SUB-Tle Samantha Correia Maciel, Gerente de Administração Tributária (SEMFA/SUB-REC) ou por outro servidor designado pelo Secretário da Pasta
	Telefone: (27) 3382-6327, (27) 3382-6340 e (27) 3382-6305
PAGAMENTO	Prazo para pagamento: 1.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a data de entrega de cada relatório (juntamente com a apresentação da fatura/nota fiscal), que comprovam a execução do serviço, e somente após a análise e aprovação da medição dos serviços pela equipe técnica designada e supervisor/fiscal do contrato, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria, ou da comprovação da prestação dos serviços.
OBRIGAÇÕES DAS PARTES	Obrigações da Contratante: 1.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Licitante vencedora possa cumprir o objeto desta licitação; 1.2. Prestar todas as informações solicitadas pela Licitante vencedora. 1.3. Nomear Gestores e Fiscal para acompanhar a execução e a fiscalização do Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas. 1.4. A existência e a atuação da fiscalização pela municipalidade em nada restringem a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado. 1.5. Notificar à CONTRATADA por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da prestação dos serviços. O representante da CONTRATANTE anotará, em registro próprio, todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observados. As decisões e providências que ultrapassarem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis; 1.6. A despeito da responsabilidade cometida à Contratada, a Contratante se reserva, em nome do interesse público, ao direito de embargar/interditar os serviços em execução, observado os devidos cuidados com a segurança dos empregados ou de terceiros. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>1.7. Acompanhar, orientar e fiscalizar, diretamente, os serviços prestados pela CONTRATADA, exigindo o fiel cumprimento dos serviços contratados, competindo-lhe adotar todas as providências neste sentido;</p> <p>1.8. Supervisionar e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, com vistas à aferição da eficiência dos resultados das ações;</p> <p>1.9. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme ajustado no presente Contrato;</p> <p>1.10. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de quaisquer imperfeições ou irregularidades na execução dos serviços contratados, fixando prazo para sua correção;</p> <p>1.11. Designar um servidor responsável pela fiscalização deste contrato e fornecer o banco de dados dos sistemas a serem migrados;</p> <p>1.12. A CONTRATANTE compromete-se a usar o sistema dentro das normas e condições estabelecidas neste Contrato e durante a vigência do mesmo;</p> <p>1.13. Obriga-se a CONTRATANTE, a não entregar o sistema nem permitir seu uso por terceiros, resguardando, da mesma forma, manuais, instruções e outros materiais licenciados, mantendo-os no uso restrito de seus agentes e prepostos, sendo-lhe vedado copiar, alterar, ceder, sublicenciar, vender, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir, total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, onerosas ou gratuitas, provisórias ou permanentes, o Software objeto do presente contrato. De igual forma lhe é vedado modificar as características dos programas, módulos de programas ou rotinas do Software, ampliá-los, alterá-los de qualquer forma, sem a prévia, expressa, específica e autorizada anuência da CONTRATADA, sendo certo que quaisquer alterações, a qualquer tempo, por interesse da CONTRATANTE, que deve ser efetuada, só poderá ser operada pela CONTRATADA ou pessoa expressamente autorizada pela mesma;</p> <p>1.14. A CONTRATANTE obriga-se a disponibilizar equipamento/plataforma de hardware de origem idônea que possibilite a instalação/manutenção de forma remota da ferramenta de controle objetos do presente contrato, bem como mantê-los atualizados, de forma a possibilitar a instalação de novas versões dos Softwares lançadas;</p> <p>1.15. Produzir cópias diárias (backup) dos dados da ferramenta de controle objeto deste contrato, para evitar transtornos como perdas de dados ocasionadas por falta de energia, problemas de hardware, operação indevida ou não autorizada, invasão de softwares externos (tais como o vírus). A CONTRATADA não se responsabiliza pelo conteúdo das informações contidas no(s) banco(s) de dados do software, sendo este de inteira responsabilidade da CONTRATANTE;</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>1.16. Somente é permitido à CONTRATANTE a reprodução de CÓPIA DE RESERVA (“backup”), para a finalidade e condições estabelecidas na alínea “i” desta Cláusula, considerando-se qualquer outra cópia da ferramenta de controle objeto deste contrato, além daquela, como cópia não autorizada e, sua mera existência, caracterizar-se-á como violação aos direitos de propriedade da CONTRATADA, sujeitando a CONTRATANTE, e o funcionário/preposto responsável pela cópia indevida, às penalidades previstas no presente Contrato e legislação em vigor;</p> <p>1.17. Disponibilizar um meio de acesso a rede mundial de computadores “INTERNET” (Acesso Discado, Link Discado, via rádio, etc.), ou seja, um computador munido de hardwares para o meio de acesso com a internet e softwares de comunicação sugeridos pela CONTRATADA. Nos casos onde houver filtros de pacotes (FIREWALL) a CONTRATADA deverá deter condições técnicas e legais para possíveis alterações nos filtros, mantendo, assim, permanentes condições de uso, com vistas a dar maior agilidade, eficiência e segurança à prestação do serviço (SUPORTE/ MANUTENÇÃO/ ATUALIZAÇÃO);</p> <p>1.18. Informar e manter atualizado junto à contratada nome e telefone do gestor do contrato e seu substituto.</p> <p>Obrigações da Contratada:</p> <p>2.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto licitado, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;</p> <p>2.2. Manter, durante toda a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente;</p> <p>2.3. O cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária a exemplo: pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, a quem caberá arcar com eventuais penalidades ou multas;</p> <p>2.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais estabelecidos decorrentes do contrato, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento;</p> <p>2.5. Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar a fiscalização dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;</p> <p>2.6. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por eventuais prejuízos ou danos causados às redes das concessionárias de serviços públicos, aos bens públicos ou de terceiros, acidentes pessoais com</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>funcionários ou com o envolvimento de terceiros, correndo às suas expensas, eventuais indenizações ou reparações;</p> <p>2.7. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;</p> <p>2.8. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do objeto licitado;</p> <p>2.9. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao município ou a terceiros, bem como responder por eventuais prejuízos ou danos causados às redes das concessionárias de serviços públicos, aos bens públicos ou de terceiros, os acidentes pessoais com funcionários ou com o envolvimento de terceiros, correndo às suas expensas, eventuais indenizações ou reparações, decorrentes de sua culpa ou dolo;</p> <p>2.10. A eventual aceitação dos serviços por parte da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstâncias em que as despesas oriundas de correções, consertos ou modificações correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA;</p> <p>2.11. Designar por escrito, no ato da assinatura do contrato, prepostos que tenham poderes para a resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato objeto do presente termo;</p> <p>2.12. Cuidar para a rápida e eficiente execução das tarefas e serviços determinados;</p> <p>2.13. Adotar as providências necessárias à segurança de terceiros e seus bens no exercício de suas atividades;</p> <p>a) Realizar atendimentos in loco quando solicitado, a fim de acompanhar os trabalhos a serem desenvolvidos, além de trazer sempre sugestões de melhorias, resultados com a implantação do sistema.</p> <p>b) Cumprir o cronograma proposto conforme as etapas relacionadas no objeto especificado e acompanhar os testes de pleno funcionamento com os técnicos da contratante.</p> <p>c) A contratada deverá comunicar imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>d) Solicitar junto à contratante, por escrito, a prorrogação do prazo determinado para cada etapa prevista, caso ocorram atrasos causados por motivos atribuíveis à contratante.</p> <p>e) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas, desempenhem todas as funções e especificações previstas na proposta técnica.</p> <p>f) Manter a regularidade e a integridade do sistema e gerenciador de banco de dados.</p> <p>g) Tornar disponível para a CONTRATANTE, versões evoluídas mediante aperfeiçoamentos das funções existentes, implementações de novas funções e adequações às novas tecnologias buscando o aperfeiçoamento constante do produto, visando preservar o investimento da CONTRATANTE e a competitividade do serviço no mercado.</p> <p>h) Tornar disponível à CONTRATANTE, atualizações de versão do sistema sempre que ocorrer necessidade de correções de defeito ou de adaptações legais que não impliquem em mudanças estruturais, arquivos ou banco de dados, desenvolvimento de novas funções ou novos relatórios.</p> <p>i) Promover o treinamento e a capacitação dos funcionários e ou servidores da contratante, em local a ser definido pela mesma.</p> <p>j) Atender às solicitações de esclarecimento de dúvidas e solução de problemas da contratante em até 24 (vinte e quatro) horas.</p> <p>k) A contratada prestará todo e qualquer suporte à contratante, no sentido de solucionar pendências relativas à contratação/implantação do sistema informatizado.</p> <p>l) Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços contratados, colocando à disposição da Administração, sempre que for solicitado, o encarregado geral, facultando o livre acesso aos registros e documentos pertinentes, sem que esta fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do CONTRATANTE;</p> <p>m) Deverá manifestar, por escrito, seu compromisso de manutenção de sigilo, quanto a informações ou características técnicas de aplicações do material da administração da Contratante, a qual vier a obter acesso, em razão de sua atuação.</p> <p>n) Manter sob absoluto sigilo, todas as informações que lhe forem transmitidas, pela Contratante, em razão da execução do objeto do presente contrato, protegendo-as contra a divulgação a terceiros, ou a seus prestadores de serviços, que no desenvolvimento de suas atividades tenham necessidade de conhecê-las, instruindo devidamente as pessoas responsáveis pelo tratamento de tais informações a protegê-las e manter a confidencialidade das mesmas.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>o) A contratada obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e na sua proposta, e em especial:</p> <p>I - Cumprir os prazos estipulados e demais obrigações constantes deste Contrato;</p> <p>II - Substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o sistema e ou módulos do sistema informatizado de gestão pública não aceito(s) pelo Contratante, por apresentar defeitos ou não atender às especificações exigidas;</p> <p>III - Atender prontamente a quaisquer reclamações;</p> <p>IV - Esclarecer dúvidas de caráter geral ou específico quanto à utilização do sistema informatizado de gestão pública, feitas em dias úteis e no horário comercial;</p> <p>V - Executar os serviços, verificações técnicas e reparos por meio de profissional comprovadamente especializados, responsabilizando-se pela atuação;</p> <p>p) A contratada arcará com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;</p> <p>q) A contratada responsabilizar-se-á, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, pelos prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio do contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do objeto deste Contrato, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, não o cumprindo, legitimará o desconto do valor respectivo dos créditos a que porventura faça jus;</p> <p>r) A contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante;</p> <p>s) Fornecer aos funcionários e prepostos, previamente designados pela CONTRATANTE, treinamento adequado e necessário ao bom funcionamento e operação do sistema.</p> <p>t) Se durante o treinamento, for verificado o aproveitamento insatisfatório de qualquer dos funcionários ou prepostos da CONTRATANTE para o manuseio e operação dos sistemas, tal fato será comunicado a CONTRATANTE que deverá providenciar a substituição do funcionário/preposto, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da respectiva comunicação, sendo o novo treinamento executado mediante orçamento prévio a ser aprovado pela CONTRATANTE;</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>u) Qualquer treinamento adicional, decorrente da eventual substituição pela CONTRATANTE de funcionário/preposto já treinado, poderá ser por esse solicitado, mediante prévio orçamento e em data a ser estabelecida pela CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE;</p> <p>v) Constatando-se que o aproveitamento insatisfatório dos funcionários ou prepostos da CONTRATANTE decorre de inaptidão do treinador designado pela CONTRATADA, esta deverá promover a sua substituição no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), reiniciando-se o treinamento com observância da carga horária mínima, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.</p>
<p>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p>	<p>Aos licitantes que infringirem as normas constantes do Edital, são aplicáveis as seguintes sanções:</p> <p>1.1. O licitante fica sujeito à penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no capítulo IV da Lei 8.666/93 pelos seguintes motivos:</p> <p>a) Não assinar/receber o contrato e/ou a Ordem de Serviço (OS), injustificadamente (inexecução total): até 03 (três) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);</p> <p>b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);</p> <p>c) Apresentar documentação falsa: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;</p> <p>d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>e) Por atraso injustificado na execução do Contrato, superior a 15 (quinze) dias: até 01 (um) ano;</p> <p>f) Por desistência da proposta, após declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 02 (dois) anos;</p> <p>g) Inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: até 04 (quatro) anos;</p> <p>1.2. Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s), ainda, a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:</p> <p>I. Advertência:</p> <p>a) Nos casos de atrasos injustificado do início da execução dos serviços em até 10 (dias);</p> <p>b) Nos casos de negligências e faltas corrigíveis que não acarretem prejuízos para a Administração.</p> <p>II. Multas – nos seguintes casos e percentuais:</p> <p>a) Multa de Mora: Por atraso injustificado para o início da execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) em até 05 (cinco) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela executada com atraso;</p> <p>b) Multa de Mora: Por atraso injustificado para o início da execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) superior a 05 (cinco) dias: 10% (dez por cento) sobre a parcela executada em atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;</p> <p>c) Multa de Mora: Por desistência da proposta, após declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;</p> <p>d) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço (OS), dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS);</p> <p>e) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta;</p> <p>f) Multa Compensatória: Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente;</p> <p>g) Multa Compensatória: Pela prestação de serviços em desacordo com as especificações, alteração de qualidade, quantidade e/ou rendimentos, ou quaisquer falhas que causem prejuízo a Administração: até 20% (vinte por cento) do valor total contratado;</p> <p>h) Multa Compensatória: Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: até 20% (vinte por cento) do valor contratado;</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>i) Por desistência da proposta, após declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta.</p> <p>III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:</p> <p>a) Fraude na execução do contrato;</p> <p>b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.</p> <p>1.3. As multas previstas no inciso II do item 5.2 poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.</p> <p>1.4. As sanções previstas no item 5.1 e no inciso III do item 5.2 poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II do item 5.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.</p> <p>1.5. As sanções previstas no item 5.1 e nos incisos I e II do item 5.2 são de competência da competência da Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.</p> <p>1.6. A sanção prevista no inciso III do item 5.2 é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.</p> <p>1.7. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.</p>
<p>GARANTIA CONTRATUAL</p>	<p>Exige garantia contratual? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> <p>Qual? 1.1. A garantia de execução dos serviços contratados tem por objetivo garantir a CONTRATANTE o fiel cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações diretas ou indiretamente assumidas no contrato a ela adjudicado.</p> <p>1.2. Em até 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação, a proponente vencedora fica obrigada a apresentar garantia equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor global do instrumento contratual, conforme Art. 56 da Lei 8.666/93.</p> <p>1.3. A garantia de execução do contrato será restituída mediante requerimento da CONTRATADA, após a expedição do Termo de Execução Definitiva dos Serviços.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>1.4. Em se tratando de fiança bancária, títulos da dívida pública ou seguro-garantia, o documento pertinente deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato, que se encarregará de confirmar a autenticidade do documento, anexar cópia do mesmo no processo de formalização do contrato, bem como encaminhar a via original à SEMFA/GPC/CCASP para registro no sistema de contabilidade.</p> <p>1.5. O título da dívida pública a ser ofertado tem que ser um título atual, em circulação normal no mercado, e com possibilidade de resgate imediato.</p> <p>1.6. Quando se tratar de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida pela licitante vencedora através do DUA - Documento Único de Arrecadação no Código dos Tributos - Outras Receitas Correntes nº 4610.</p> <p>1.7. O depósito da caução em dinheiro, deverá ser efetuado na(s) conta(s) específica(s) do(s) órgão(s) requisitante(s), conforme descrito abaixo: CREDOR: Município de Vitória – SEMFA UG: 218 CNPJ: 27.142.058/0007-11 BANCO: BANESTES AGÊNCIA: 236 Nº CONTA: 28.053.221</p> <p>1.8. Na hipótese da garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida e conter expressa renúncia aos benefícios referidos no Código Civil e no Código Comercial.</p> <p>1.9. Havendo prorrogação do prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a CONTRATADA reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Termo de Referência e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a CONTRATANTE dos créditos da contratada, enquanto não efetivar tal garantia, o valor a ela correspondente</p> <p>Qual prazo para apresentação? Em até 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DIGITAL NA ESCALA 1:5.000 E SEU PROCESSAMENTO, PERFILAMENTO A LASER PARA GERAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL, A FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM/GEO, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO, O RECADASTRAMENTO FÍSICO TERRITORIAL ABRANGENDO TODOS OS IMÓVEIS, LOGRADOUROS E SEGMENTOS DE FACE DE QUADRA LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO, A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS IMPLANTADOS.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE VITÓRIA, por meio da Equipe de Pregão da Central de Licitações, Compras e Contratos, designada pela(s) Portaria(s) nº 211/2019, de 20/12/2019, publicada em 27/12/2019 e Portaria da Controladoria Geral do Município nº 002/2019, de 02/03/2018, publicada em 09/03/2018, com fulcro na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Lei Municipal nº 6.928, de 18/05/2007, Decreto Municipal nº 17.959 de 20/12/2019, Decreto Municipal nº 16.522, de 16/11/2015 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, bem como demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Edital, quadro resumo e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA. O Edital encontra-se disponível no site portaldecompras.vitoria.es.gov.br, bem como na página do provedor www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - *criptografia e autenticação* - em todas as suas fases.

1.2. Os atos do pregão serão documentados no respectivo processo administrativo, com vistas à aferição de sua regularidade.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo do sistema provedor.

1.4. Formalização de consultas: Observado o prazo legal, os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor. Contatos podem ser realizados pelo e-mail: kaschwartz@correio1.vitoria.es.gov.br.

1.5. Pregoeiro responsável: Karina Adelina Schwartz.

1.6. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) Coordenar o processo licitatório da modalidade Pregão, forma Eletrônica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

- b) Conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio;
- c) Elaborar as minutas de editais;
- d) Designar Membro da Equipe de Apoio para efetuar o registro do edital no sistema eletrônico do provedor;
- e) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado, se necessário, pelas unidades gestoras e pelos setores técnicos e jurídicos competentes;
- f) Garantir a harmonia durante a sessão pública;
- g) Receber as propostas de preços e a documentação de habilitação, na forma estabelecida pelo edital;
- h) Acompanhar e julgar a melhor proposta de preço;
- i) Verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e classificar as propostas de menor preço, observando o dispositivo na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores;
- j) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- k) Indicar o vencedor do certame;
- l) Receber os recursos encaminhando a autoridade competente para possível ratificação do julgamento;
- m) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- n) Encaminhar os autos do processo, devidamente instruído, a autoridade competente para homologação;
- o) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas em edital.

1.7. As despesas para a aquisição ou contratação do objeto desta licitação correrão à conta da Dotação Orçamentária, Elemento de Despesa e Fonte do Recurso indicados no quadro resumo.

1.8. Todas as referências de tempo do Edital, do Aviso e da Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DIGITAL NA ESCALA 1:5.000 E SEU PROCESSAMENTO, PERFILAMENTO A LASER PARA GERAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL, A FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM/GEO, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO, O RECADASTRAMENTO FÍSICO TERRITORIAL ABRANGENDO TODOS OS IMÓVEIS, LOGRADOUROS E SEGMENTOS DE FACE DE QUADRA LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO, A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO,**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

TREINAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS IMPLANTADOS.

2.2. As especificações do objeto, contendo detalhamento dos itens licitados e respectivos quantitativos, encontram-se disponibilizadas em campo próprio do sistema provedor.

3. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.1. Aos licitantes que infringirem as normas constantes deste edital são aplicáveis às sanções previstas na legislação de regência, de acordo com a tipificação constante do quadro resumo.

3.2. Eventuais multas previstas, quando aplicadas, poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

3.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e multa poderão ser aplicadas de forma conjunta, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

3.4. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e advertência são de competência do Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção, da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

3.5. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

3.6. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do certame os interessados que atenderem à todas as exigências contidas neste Edital, seus anexos e no sistema, e que sejam possuidores de chaves de identificação e senha fornecidas pelo provedor.

4.2. Estarão impedidos de participar de quaisquer fases do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, em face das hipóteses previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/93;
- c) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- d) Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
- e) Estejam enquadradas no disposto do art. 9º, da Lei nº 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA PROVEDOR

5.1. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente cadastrados junto ao provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização do pregão.

5.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão obter chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), junto ao provedor do sistema indicado neste instrumento, através de realização de cadastramento simplificado.

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada.

5.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilização pelos atos praticados, devendo ser indicada pessoa com capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

5.5. Caberá ao Licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

6.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, mediante documento formalizado e apresentado no endereço eletrônico do provedor indicado neste edital.

6.2. As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o Pregoeiro atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

6.3. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6.4. O pedido de esclarecimentos referentes ao processo licitatório será encaminhado ao pregoeiro por meio do endereço eletrônico do provedor indicado neste edital.

6.5. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.

6.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no portal de compras do município e no sistema do provedor e vincularão os participantes e a administração.

6.7. A intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, de forma MOTIVADA, via sistema, DEPOIS DE DECLARADO O VENCEDOR da disputa pelo Pregoeiro. O sistema aceitará a intenção do licitante, inicialmente, **nas 02 (duas) horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor.** O licitante desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso no mesmo momento.

6.8. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagens, e-mail, fax, carta, etc.).

6.9. Manifestada a intenção de interpor recurso, o recorrente terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de seu recurso, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

PROVEDOR, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, a partir da data do término da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias e na mesma forma, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

6.10. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

6.11. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

6.12. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao Licitante vencedor.

6.13. Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

6.14. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR

7.1. Após efetuar *login* no sistema provedor, o licitante poderá realizar o *download* do arquivo do edital e, subsequentemente, prestar as declarações exigidas, encaminhar sua proposta de preços preliminar, bem como atender às demais exigências deste instrumento, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, sempre, as datas e horários estabelecidos.

7.2. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, o Licitante deverá manifestar, antes de inserir sua proposta comercial preliminar, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

a) Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

b) Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

c) Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

d) Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

e) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

direito de preferência - exclusivo e obrigatório às empresas enquadradas nos termos da LC 123/06 e que desejam utilizar os benefícios ali prescritos.

7.2.1.1. Os licitantes que se enquadrarem como Microempreendedor Individual – MEI, deverão se cadastrar no sistema provedor como segmento Microempresa, para fins de obtenção dos benefícios respectivos.

7.2.1.2. Quando houver, no quadro resumo e no sistema do provedor, indicação da existência de lote para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, apenas as licitantes enquadradas nas referidas situações poderão participar dos respectivos lotes.

7.2.1.3. O Licitante que se declarar enquadrado na LC 123/06 e vier a ser desclassificado ou inabilitado por não fazer jus aos benefícios está ciente de que **PODERÁ** ser instaurado processo administrativo com vistas à aplicação das sanções previstas neste instrumento.

7.3. Após prestadas as declarações a que se referem os subitens anteriores, os licitantes interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos exigidos para habilitação, proposta comercial preliminar com o valor ofertado.

7.4. As propostas preliminares e os documentos de habilitação poderão ser enviados, substituídos, excluídos e replicados no sistema até a data e hora definidas no quadro resumo para abertura das propostas.

7.4.1. O valor ofertado pelo licitante à título de proposta comercial preliminar, será **digitado** em campo próprio do sistema, dispensado o **upload** de qualquer documento contendo as informações de preços e quantidades.

7.5. O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se a quantidade de casas decimais prevista no quadro resumo. Embora o julgamento seja por lote, na proposta comercial definitiva, a quantidade de casas decimais deverá ser preservada também no valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a entrega do objeto, com base nas especificações detalhadas constantes neste Edital e seus anexos.

7.6. O valor a ser cadastrado no sistema, à título de proposta comercial preliminar, deverá referir-se ao valor global para o lote, e não ao valor unitário.

7.7. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do sistema do provedor, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos licitantes apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

7.8. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do sistema do provedor.

7.9. A PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR, inserida no sistema do provedor antes da disputa, não poderá conter qualquer informação que torne possível a identificação do respectivo licitante, até a conclusão da fase de lances, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

7.10. As empresas deverão, obrigatoriamente, considerar todos os itens contidos no lote para formulação das propostas, sob pena de desclassificação.

7.11. Quando indicado no quadro resumo, as marcas dos itens ofertados deverão ser informadas, obrigatoriamente, em campo próprio do sistema provedor, no momento em que as propostas preliminares forem cadastradas, sendo que também deverão, neste caso, ser informadas na proposta comercial definitiva, sob pena de desclassificação.

7.11.1. Ainda quando indicado no quadro resumo pela obrigatoriedade de indicação das marcas, o licitante que cadastrar mais de uma para o mesmo produto ofertado (DENTRO DE UM MESMO ITEM) será considerado DESCLASSIFICADO.

7.12. Serão desclassificadas as propostas que:

7.12.1. Não atenderem as disposições contidas neste edital;

7.12.2. Apresentarem preço incompatível com os preços de mercado;

7.12.3. Apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais Licitantes.

8. DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PRELIMINARES E DA SESSÃO DE DISPUTA

8.1. A partir do horário previsto no quadro resumo, o pregoeiro realizará a abertura e posterior julgamento das propostas preliminares apresentadas pelos licitantes interessados.

8.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.3. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.4. É defeso ao pregoeiro proceder à desclassificação de propostas, antes do início da fase competitiva, apresentadas em valor superior ao preço referencial.

8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, segundo a ordem de classificação provisória obtida.

8.6. Somente as propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

8.7. Encerrado o julgamento das propostas preliminares e observado o horário estipulado neste instrumento, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro, com início da fase competitiva, onde os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.8. O sistema disponibilizará campo próprio para envio de mensagens, pelo pregoeiro, aos licitantes.

8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

8.10. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.11. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.12. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.13. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo licitante.

8.14. Serão adotados, para o envio de lances no pregão eletrônico, observado aquele eleito no quadro resumo, os seguintes modos de disputa:

I - Aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no quadro resumo; ou

II - Aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no quadro resumo.

8.15. No modo de disputa aberto, o quadro resumo preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.15.1. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.15.2. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.15.3. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.15.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.16. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

8.16.1. Encerrado o prazo de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.16.2. Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do referido prazo.

8.16.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.16.4. Na hipótese de nova ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

um lance final e fechado em até cinco minutos, que será, de igual forma, sigiloso até o encerramento do aludido prazo.

8.16.5. Na hipótese de não haver licitante classificado, na etapa de lance fechado, que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

8.17. Encerrados todos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.18. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.18.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese. Neste momento o Pregoeiro adotará os procedimentos referentes aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, como segue:

8.19.1. O procedimento de empate - *lances classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores ao da empresa declarada arrematante* - será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrado o recebimento de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. Em seguida, o sistema habilitará para o Pregoeiro o botão “Convocar” que permitirá a convocação da empresa que se encontra em situação de empate. Acionado o botão, o sistema emitirá nova mensagem informando para a empresa em situação de empate que esta deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

8.19.2. O prazo é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do certame.

8.19.3. Apenas terão direito aos benefícios acima mencionados as empresas que tiverem se manifestado como enquadradas nos termos da LC 123/06, na forma prevista neste Edital.

8.20. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.21. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, **no prazo de 02 (duas) horas**, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

8.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará aquela classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e compatibilidade dos preços unitários e global, e verificará a habilitação do licitante respectivo, conforme disposições deste edital.

8.24. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente aos requisitos deste edital.

8.25. Após realizadas as análises prescritas nos subitens anteriores, o pregoeiro realizará a declaração do vencedor respectivo, via sistema, momento em que será oportunizado às licitantes o direito de apresentarem manifestação da intenção de recorrer em face dos atos praticados no certame, na forma e prazo estabelecidos neste instrumento.

8.26. Ultrapassada a fase recursal, será exigido do licitante vencedor a apresentação de proposta comercial definitiva, na forma e prazo previstos neste edital, como condição à adjudicação do objeto licitado.

9. DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1.1. Os documentos exigidos para habilitação no certame serão encaminhados concomitantemente à proposta de preços preliminar (antes da abertura das propostas), na forma e prazo previstos neste edital e quadro resumo.

9.1.2. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.1.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos disponibilizados por meio diverso que o sistema provedor, na forma prevista neste instrumento.

9.1.4. Todos os documentos exigidos, inclusive a proposta comercial definitiva, serão encaminhados em formato digital, nos termos dos subitens subsequentes.

9.1.5. Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

9.1.6. O licitante deverá observar o disposto no subitem 5.5, no que diz respeito à sua convocação para apresentação da proposta comercial definitiva e eventuais documentos adicionais, sendo de sua responsabilidade acompanhar os atos praticados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, bem como realizar contato junto ao responsável, se assim for de seu interesse, para conferir o correto recebimento dos documentos enviados, quando assim exigido.

9.1.7. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

9.1.8. Os originais ou as cópias autenticadas dos documentos remetidos de forma eletrônica poderão ser exigidos pelo Pregoeiro, no caso de existência de quaisquer dúvidas ou havendo necessidade de realização de diligências, ocasião em que será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para encaminhamento dos mesmos.

9.1.9. Quando solicitada a apresentação de originais ou cópias autenticadas, nos termos do parágrafo anterior, será considerado atendido o prazo de entrega na data da postagem, desde que a licitante utilize a ferramenta SEDEX, com o respectivo registro e envio do código de rastreamento ao Pregoeiro. Caso o licitante opte por outro meio de entrega dos documentos em questão, será considerado atendido o prazo na data do efetivo recebimento.

9.2. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.2.1. A critério do pregoeiro, poderá ser exigido do licitante que invocar a condição de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou Microempendedor Individual (MEI), mediante declaração em campo próprio do sistema provedor, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, a apresentação de documentação comprobatória de seu enquadramento.

9.2.2. Caso o licitante não atenda à eventual solicitação do pregoeiro, decairá do direito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, mesmo tendo invocado tal condição no sistema provedor.

9.3. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

9.3.1. O licitante deverá apresentar os documentos para sua habilitação especificados a seguir, com validade vigente à data de sua apresentação, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega ou solicitação de documento” em substituição.

9.3.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.3.2.1. Para habilitação jurídica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos, quando couber:

I. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual, com o “Objeto Social” compatível com o objeto do(s) lote(s) em que a empresa cadastrou proposta. A empresa que apresentar Registro Comercial com Objeto Social não semelhante ao objeto que ela própria cadastrou, será considerada INABILITADA;

II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO ou alterações em vigor, com o “Objeto Social” compatível com o objeto do(s) lote(s) em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado do documento de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação e alterações em vigor com o Objeto Social não compatível com o objeto que ela própria cadastrou, será considerada INABILITADA;

III. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

IV. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício.

9.3.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.3.1. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- V. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- VI. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VII. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>).

9.3.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.4.1. Para Qualificação Técnica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: comprovação de que a licitante executou, na íntegra, serviço de natureza compatível com o objeto desta licitação. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço;

a) As características e/ou parcelas de **maior relevância técnica e valor significativo** do objeto licitado são:

- Serviços de Recadastramento Imobiliário ou Levantamento Cadastral Imobiliário ou equivalente, de pelo menos 100.000 (cem mil) unidades imobiliárias;
- Serviços de Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo ou Sistema de Geoprocessamento ou equivalente, de pelo menos 100.000 (cem mil) unidades imobiliárias.

b) O(s) atestado(s) deverá (ão) conter:

- identificação da pessoa jurídica emitente;
- endereço completo do emitente;
- período de vigência do contrato;
- objeto contratual; e
- outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pela Equipe Técnica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

c) Em relação à compatibilidade quanto ao quantitativo, será admitida a soma de atestados até que este chegue ao mínimo estipulado.

II. CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) expedida pelo referido Conselho da região da sede da licitante, com indicação do respectivo responsável técnico devidamente habilitado para o desempenho dos serviços ora licitados;

a) A certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa será considerada inválida.

I. As Certidões expedidas por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja no Espírito Santo, deverão receber o visto/ registro, **no momento da contratação**, do respectivo Conselho sediado neste Estado.

9.3.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.5.1. Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

a) As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.

b) O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

II. CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo ao último exercício exigível, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

a) Termo de Abertura;

b) Termo de Encerramento;

c) Balanço Patrimonial;

d) Demonstração de Resultado do Exercício;

e) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alíneas “a” e “b” acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

9.3.5.2. A boa situação financeira da licitante será verificada nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

ILC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

ILG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

ISG = Ativo Total
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

9.3.5.3. Será habilitada a empresa que apresentar:

- I. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- II. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- III. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

9.3.5.4. As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de **10% (dez por cento)** da soma dos valores ESTIMADOS dos lotes arrematados, conforme determina a Lei nº 8666/93, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

9.3.5.5. Para fins do disposto do inciso II do subitem 9.3.5.1, o exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de **MAIO** do ano subsequente, para as Licitantes enquadradas no regime de Lucro Real e empresas que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de **ABRIL** do ano subsequente, para as demais licitantes.

9.3.5.6. Tendo em vista a publicação da Medida provisória nº 931/2020 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.950/20, fica prorrogado até o último dia do mês de **JULHO**, para fins do exercício social exigível, enquanto perdurar os efeitos das referidas normas.

9.3.5.7. Excepcionalmente, no caso de empresas recém constituídas e que ainda não tenham encerrado seu primeiro exercício social, será aceito o “Balanço de Abertura”.

9.3.6. OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

9.3.6.1. Quanto à documentação exigida para fins de habilitação, a empresa licitante poderá, a seu critério, utilizar-se do SICAF exclusivamente para fins de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, sendo obrigatória, neste caso, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral válido, emitido pelo SICAF.

9.3.6.2. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral não isenta a empresa da apresentação de eventuais documentos exigidos para utilização dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, da Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória, bem como demais documentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

não atestados no referido certificado, necessários à habilitação da mesma no certame, nos termos deste Edital.

9.3.6.3. A dispensa de entrega dos documentos, mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral, somente será possível para aqueles que estiverem válidos no SICAF.

9.3.6.4. As licitantes poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados no SICAF.

9.3.6.5. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Pregoeiro considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município de Vitória, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente.

9.3.6.6. A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet apresentadas pelos licitantes será feita pelos Pregoeiros e/ou Membros da Equipe de Apoio, através dos respectivos sites.

9.3.6.7. Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (que se manifestou como tal no sistema do provedor), ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, para que regularize sua documentação fiscal, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

9.3.6.8. Caso o microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido acima, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.3.6.9. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.3.6.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.4. DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

9.4.1. O vencedor do certame terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação do(a) Pregoeiro(a) no provedor, para enviar, pelo sistema, a **proposta comercial definitiva**, devidamente atualizada, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

9.4.2. A Proposta Comercial Definitiva deverá ser entregue digitada no sistema, sendo desnecessário, portanto, o *upload* de seu arquivo (exceto quando o edital exigir a apresentação de documentação complementar, que deverá ser anexada em campo próprio), em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste edital, seus anexos e sistema provedor, devendo constar na mesma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

I. Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;

II. Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

III. Prazo para execução dos serviços, conforme estabelecido neste edital, quadro resumo e anexos;

IV. Indicação da MARCA, quando o quadro resumo exigir, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;

9.4.3. Na hipótese de contratação de serviços comuns, em que a legislação exija a apresentação de planilha de composição de preços, o arquivo modelo para preenchimento constará anexado ao edital onde for disponibilizado;

9.4.4. A planilha de composição de custos, quando disponibilizada como anexo ao edital, deverá, obrigatoriamente, ser preenchida e encaminhada, exclusivamente via sistema, em campo próprio, juntamente com a proposta comercial definitiva, no prazo definido neste edital, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, vedados arredondamentos.

9.4.5. O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se a quantidade de casas decimais para o valor unitário prevista no quadro resumo, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a execução dos serviços e/ou entrega do produto, com base nas especificações do objeto.

9.4.6. Deverão ser cotados todos os itens constantes do respectivo lote, em suas quantidades totais.

9.4.7. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4.8. Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para CADA LOTE e para CADA ITEM.

9.4.9. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ou executado para a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA sem ônus adicionais.

9.4.10. Será, preferencialmente, preenchido e entregue junto à proposta definitiva, via sistema, o ANEXO denominado "DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO".

10. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

10.1. Quando assinalado pela exigência de apresentação de amostras, no quadro resumo e, na impossibilidade de verificação da adequação do objeto, por meio da documentação apresentada, a participação na licitação implica na concordância de que, caso seja solicitado, a empresa arrematante apresentará amostra do produto no prazo estabelecido no referido quadro, contado da data de convocação pelo Pregoeiro ou Membro da equipe de apoio.

10.2. O local e horário para apresentação das amostras constará do quadro resumo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

10.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante e número do PREGÃO, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto as suas características, tais como marca, fabricante e modelo.

10.4. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos e submetidos aos testes necessários, sendo colocados à disposição para recolhimento por parte da licitante no estado em que se encontrarem:

I. Ao final da vigência do instrumento contratual ou congênere, no caso de a amostra corresponder ao vencedor do certame;

II. Até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento licitatório (Homologação), para os demais casos.

10.5. Será rejeitada a amostra que:

I. Não corresponder à marca cotada (ofertada na proposta), quando esta for exigível no quadro resumo;

II. Apresentar baixa qualidade em comparação aos produtos usualmente utilizados pela administração;

III. Apresentar histórico de ocorrências relativas a problemas de qualidade devidamente comprovadas em processos anteriores, no âmbito da Administração Municipal;

IV. Apresentar divergência para menos em relação às especificações constantes no Edital.

10.6. Será DESCLASSIFICADO para o respectivo lote, o licitante que tiver sua amostra rejeitada ou deixar de apresentá-la no prazo estabelecido, quando solicitado, estando, assim, passível às sanções previstas neste edital e quadro resumo.

11. DA VISITA TÉCNICA

11.1. Quando assinalado no quadro resumo pela recomendação de realização, pela licitante interessada, de visita técnica nos locais em que os serviços serão executados, esta será realizada seguindo o prazo e demais condições prescritas no referido quadro.

11.2. A visita técnica, quando recomendada, possui o condão de possibilitar aos licitantes interessados a faculdade de examinar todos os detalhes e tomar ciência das características do local, eventuais dificuldades para a execução do objeto e demais informações necessárias à elaboração de sua proposta.

11.3. A realização da visita técnica não será fator para desclassificação ou inabilitação da licitante, porém, não serão aceitas alegações posteriores quanto a desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos e atrasos ou paralisações na execução do objeto, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes destes fatos.

11.4. O licitante que pretender realizar a visita técnica deverá agendar horário, junto ao servidor da Unidade Gestora Requisitante, por meio dos telefones/e-mails e nos horários indicados no quadro resumo.

11.5. Quando sugerida a realização de visita técnica no quadro resumo, será disponibilizado, como anexo ao edital:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

a) um modelo de DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, que deverá ser apresentado preenchido e assinado pelas empresas que **não** realizarem a visita, em conjunto com a documentação exigida para habilitação do proponente; e,

b) um modelo de ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, que deverá ser apresentado devidamente assinado pelo representante da empresa e da Administração, pelas empresas que realizarem a visita, em conjunto com a documentação exigida para habilitação do proponente.

12. DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Atendidas todas as exigências mencionada no instrumento convocatório, e superada eventual fase de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da melhor proposta, desde que devidamente habilitado.

12.2. No caso de interposição de recurso e mantendo o Pregoeiro sua decisão, a adjudicação do objeto ao vencedor caberá à autoridade competente.

12.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para, se for o caso, assinar o instrumento contratual e, ainda, receber a Autorização de Fornecimento (AF) ou a Ordem de Serviços (OS), visando a execução do objeto licitado.

12.4. Para os casos em que a legislação exigir a formalização de instrumento contratual, este será anexo ao presente edital, em formato de minuta, que apresentará todas as suas condições, inclusive aquelas relativas à eventual exigência de garantia e repactuação, reajustamento e reequilíbrio do instrumento, cujo texto faz parte deste instrumento, para todos os efeitos, independentemente de transcrição.

12.5. Para efeitos do disposto no subitem anterior, os termos da minuta do instrumento contratual, quando anexo, vinculam as partes.

12.6. Quando exigível a assinatura de instrumento contratual, o quadro resumo apresentará indicação nesse sentido.

12.7. O Licitante Vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, para aceitar o contrato, a Autorização de Fornecimento ou a Ordem de Serviços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

12.8. Se o adjudicatário convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, para retirar o contrato, a Autorização de Fornecimento (AF) ou a Ordem de Serviço (OS) não mantiver as mesmas condições de habilitação estará sujeito às sanções previstas neste instrumento e no art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e alterações. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo ser o respectivo licitante convocado para negociar redução do preço ofertado.

12.9. O instrumento contratual, a Autorização de Fornecimento (AF) ou a Ordem de Serviço (OS) poderá ser rescindida e/ou cancelada pelo MUNICÍPIO:

I. Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

II. Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo MUNICÍPIO desde que haja conveniência para a Administração;

III. Judicialmente, havendo decisão nesse sentido.

12.10. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviços (OS).

12.11. A fiscalização fornecerá junto com a Ordem de Serviço (OS) todos os elementos indispensáveis ao início dos SERVIÇOS, tais como documentação técnica, dados para alocação etc.

12.12. A CONTRATADA, julgando insuficientes os elementos fornecidos, deverá solicitar por escrito explicações e novos dados dentro do prazo de até 08 (oito) dias, contados do recebimento dos elementos da fiscalização. Nesse caso, o prazo de execução será contado a partir da data de recebimento dos esclarecimentos solicitados se os mesmos impedirem o início dos SERVIÇOS.

12.13. O fornecimento/execução ocorrerá na forma, prazos, locais e horários indicados no quadro resumo ou, se houver exigência de formalização de instrumento contratual, na minuta do mesmo.

12.14. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com as alterações que lhe sucederam.

12.15. A CONTRATADA obrigará-se a desenvolver os SERVIÇOS, objeto deste contrato, sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do contrato.

12.16. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.

12.17. A CONTRATANTE poderá exigir a substituição de empregados da CONTRATADA no interesse do cumprimento do contrato, cabendo o ônus à CONTRATADA.

12.18. A CONTRATADA deve manter equipe técnica compatível, em quantidade e qualidade suficientes, para garantir a perfeita e ininterrupta execução dos serviços contratados, não sendo aceitável atraso sob a justificativa de férias, descanso semanal, licenças em geral, falta ao serviço, demissão e outros análogos. Em caso de substituição de qualquer membro da equipe apresentada em sua proposta, a CONTRATADA deverá apresentar outro, cuja experiência seja igual ou superior àquele substituído.

12.19. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários e comerciais da execução do contrato e cumprimento da legislação relativa à segurança e medicina do trabalho.

12.20. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

12.21. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

13. DAS INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização será realizada pelo servidor indicado no quadro resumo ou por outro designado pelo respectivo ordenador de despesas, nos termos do Art. 67, da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a o recebimento dos materiais ou execução dos serviços.

13.2. O responsável pela fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste edital.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado no prazo previsto no quadro resumo, que será contado da data de entrega dos produtos, da execução dos serviços, ou da entrega da medição atestada, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado no verso da Nota Fiscal/Fatura, que será emitida em 02 (duas) vias, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria, ou da comprovação da prestação dos serviços.

14.2. Para os casos em que a legislação exigir a formalização de instrumento contratual, este será anexo ao presente edital, em formato de minuta, que apresentará todas as suas condições, inclusive aquelas relativas à eventual exigência de garantia e repactuação, reajustamento e reequilíbrio do instrumento, cujo texto faz parte deste instrumento, para todos os efeitos, independentemente de transcrição.

14.3. Em se tratando de pagamentos parcelados, estes serão realizados de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do contratante

14.4. A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEM DE SERVIÇO.

14.5. Na emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, o fornecedor deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Ordem de Serviço; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

14.6. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova.

14.7. Os pagamentos poderão ser suspensos pela Contratante nos seguintes casos:

I. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o requisitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

II. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;

III. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

14.8. Os pagamentos só serão efetuados sob análise e criteriosa avaliação da fiscalização, mediante apresentação dos seguintes documentos à CONTRATANTE:

14.8.1. Primeira Fatura:

- a)** Nota fiscal/fatura emitida para cada fonte de recurso, com a razão social, CNPJ e endereço completo do órgão requisitante, constantes na Ordem de Serviço (OS);
- b)** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- c)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- d)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- e)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f)** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: [http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/.](http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/));
- h)** Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- i)** Matrícula dos serviços junto ao INSS;
- j)** Guias de recolhimento: GPS, GFIP/FGTS (vinculada à matrícula do INSS), PIS e CONFINS com competência referente ao mês/meses dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA medidos;
- k)** Folha de pagamento com competência referente ao mês/meses dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA medidos;
- l)** Fornecimento, pela CONTRATADA, dos documentos comprobatórios dos contratos de trabalho dos empregados da empresa que prestam serviços a municipalidade, o registro de empregados e o controle de horas.

14.8.2. Faturas intermediárias:

- a)** Nota fiscal/fatura emitida para cada fonte de recurso, com a razão social, CNPJ e endereço completo do órgão requisitante, constantes na Ordem de Serviço (OS);
- b)** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- c)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- d)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- e)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

- f)** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>);
- h)** Guias de recolhimento: GPS, GFIP/FGTS (vinculada à matrícula do INSS), PIS e CONFINS com competência referente ao mês/meses dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA medidos;
- i)** Folha de pagamento com competência referente ao mês/meses dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA medidos;
- j)** Fornecimento, pela CONTRATADA, do registro dos empregados, o controle de horas e dos documentos comprobatórios dos contratos de trabalho de novos empregados.

14.8.3. Última fatura:

- a)** Nota fiscal/fatura emitida para cada fonte de recurso, com a razão social, CNPJ e endereço completo do órgão requisitante, constantes na Ordem de Serviço (OS);
- b)** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- c)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- d)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- e)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f)** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>);
- h)** Guias de recolhimento: GPS, GFIP/FGTS (vinculada à matrícula do INSS), PIS e CONFINS com competência referente ao mês/meses dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA medidos;
- i)** Folha de pagamento com competência referente ao mês/meses dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA medidos;
- j)** Termo de recebimento provisório dos serviços emitido pela CONTRATANTE;
- k)** Fornecimento, pela CONTRATADA, dos documentos comprobatórios dos contratos de trabalho dos empregados da empresa que presta serviços para municipalidade, do registro de empregados e do controle de horas.

14.9. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação.

14.10. É expressamente vedado ao licitante a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

14.11. O contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas.

15. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. Além de cumprir as disposições deste edital e anexos, são obrigações das partes aquelas previstas no quadro resumo.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou cancelamento da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.2. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

16.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, obedecidos os princípios que norteiam os atos da Administração Pública.

16.5. As decisões referentes a este processo Licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio, inclusive eletrônico ou mediante publicação no veículo de comunicação oficial do Município.

16.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

16.7. A participação do Licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos do presente Edital.

16.8. A Administração poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.9. É facultado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta e/ou habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

16.10. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, na forma do Art. 57, §1º da Lei 8.666/93, a critério da Administração, devendo ser justificado por escrito, ou desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do edital;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no edital, nos limites permitidos na Lei 8666/93;
- e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

16.11. O Pregoeiro poderá desclassificar licitantes até a assinatura do Contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

16.12. As informações e esclarecimentos relativos a presente Licitação serão fornecidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.13. Antes da adjudicação do objeto da licitação o órgão contratante poderá designar uma comissão para vistoriar “in loco” a disponibilidade do proponente vencedor em atender as demandas previstas. A vistoria será efetuada após a sessão que declarar o arrematante da licitação, devendo o proponente neste ato, indicar o endereço para a visita aqui tratada. A comissão de vistoria deverá ser composta por servidores do Município de Vitória, que poderão contar com apoio técnico de terceiros contratados. A comissão emitirá um relatório com parecer fundamentado que integrará o processo de contratação, recomendando ou não a adjudicação. (Lei 8.666/93 - art. 43 § 3º).

16.13.1. A vistoria deverá ser feita no município de Vitória ou Grande Vitória, caso contrário a empresa deve assumir todas as despesas com o deslocamento da equipe da PMV responsável pela visita técnica.

16.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja outra comunicação por parte do Pregoeiro.

Vitória/ES, 14 de agosto de 2020.

KARINA ADELINA SCHWARTZ

Pregoeira Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO (DO EDITAL) – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

DIVISÃO DO LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNIDADE	QTD.
1	DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA		
1.1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas na escala 1:5.000 e Perfilamento a Laser aerotransportado da área urbana	Km ²	97
1.2	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana, na escala 1:1.000 (GSD de 10 cm)	Km ²	97
1.3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital, na escala 1:1.000	Km ²	97
1.4	Perfilamento a Laser aerotransportado para geração de curvas de nível.	Km ²	97
2	DO LEVANTAMENTO CADASTRAL IMOBILIÁRIO		
2.1	Levantamento in loco para medição das unidades imobiliárias do perímetro urbano	Unidade Imobiliária	200.000
2.2	Levantamento in loco para coleta dos atributos cadastrais e imagem digital das unidades imobiliárias do perímetro urbano	Unidade Imobiliária	200.000
2.3	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias.	Unidade Imobiliária	200.000
3	DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DE LOGRADOUROS		
3.1	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Unidade	5.000
4	CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DE DADOS MULTIFINALITÁRIOS, PARA FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM		
4.1	Conversão e Adequação de Dados Multifinalitários, Para Formação da Base de Dados Geográficos do Cadastro Técnico Multifinalitário - CTM. Obs: Complemento conforme descrição no anexo do termo de referência e/ou edital.	Hora	300
5	DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO		
5.1	Fornecimento e Implantação de Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo	Software Corporativo UN	1
6	DA CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) PARA INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS EXISTENTES		
6.1	Customização do Sistema para integração com o Sistema de Gestão Tributária existente na Prefeitura	Hora	250



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

7	DA ELABORAÇÃO DA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS (PVG)		
7.1	Elaboração da Planta de Valores Genéricos (PVG)	Hora	2.500
8	TREINAMENTO		
8.1	Módulo A - Treinamento em Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo; Módulo B - Treinamento em Coleta de dados; Módulo C - Treinamento na atualização do Cadastro Imobiliário, Mobiliário e Logradouros.	Pessoa	50
9	SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS		
9.1	Suporte técnico operacional, manutenção e atualizações dos Sistemas implantados.	Mês	12

1 – JUSTIFICATIVA

1.1. Justificativa da contratação

A Prefeitura Municipal de Vitória necessita de serviços especializados para atualização da base de dados geográficos e cadastrais, voltados ao Cadastro Técnico Multifinalitário e demais serviços pertinentes à base de dados cadastrais, possibilitando o correto conhecimento do uso do solo urbano municipal, fator fundamental para o alcance dos objetivos das ações governamentais e do bem estar social.

1.2. Justificativa do lote único

O lote único proposto torna mais eficiente tecnicamente, mantém a qualidade do serviço prestado e, a entrega do sistema, o treinamento e o suporte técnico serão realizados com domínio e qualidade da empresa contratada. Este permite que a Administração tenha um nível de controle de qualidade e maior interação com a contratada, desde a entrega do produto, cumprimento das fases e seus respectivos prazos, treinamento, acompanhamento, suporte técnico e cobrança de resultados, atendendo assim ao interesse público baseado na viabilidade técnica e econômica.

1.3. Justificativa da prova de conceito

A prova de conceito garante a constatação do funcionamento e a garantia de que o sistema atenderá as necessidades da contratante, uma vez que o licitante vencedor deverá realizar a demonstração completa do atendimento das funcionalidades e características exigidas neste Termo de Referência, logo após a definição do licitante vencedor, conforme estipulado pela Comissão de Licitação, em sessão aberta e pública.

2. DA PROVA DE CONCEITO

2.1. A apresentação do sistema e sua inspeção ocorrerão após a definição do licitante Arrematante, conforme estipulado pelo setor técnico competente, em sessão aberta e pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

2.2. O Arrematante terá o prazo de até **02 (dois) dias (úteis) da convocação** para apresentação de seu Sistema, que terá duração máxima de até 3 (três) horas, com tolerância 30 (trinta) minutos adicionais.

2.3. O atendimento aos requisitos relacionados às funcionalidades e características do Sistema, previstas no Edital (**item 4.6.3 do ANEXO I**), serão comprovados através de demonstração/ amostra dos produtos, de modo que a licitante que não as demonstrar terá sua Proposta Desclassificada.

2.4. Será desclassificada também, a licitante que apresentar soluções formadas por conjuntos de Softwares que se utilizem de Bases de Dados fracionadas, ou que realizem a apresentação das características e funcionalidades se utilizando de Softwares distintos, bem como não serão consideradas as funcionalidades apresentadas de forma parcial ou com problemas em sua execução.

2.5. Os equipamentos necessários à demonstração são de responsabilidade de cada empresa proponente, sendo colocado à sua disposição, ponto de acesso à Internet Banda Larga.

2.6. Por se tratar de Software específico que utiliza Base de Dados contendo Atributos, Cartografia, imagens frontais e aéreas em alta resolução, e visando avaliar a capacidade técnica do Sistema em realizar as Características e Funcionalidades constantes da Prova de Conceito, a Base de Dados utilizada pelas Licitantes na demonstração deve ser de porte equivalente a 50% do total de unidades imobiliárias existentes no Município (200.000 unidades imobiliárias) ou seja, de pelo menos 100.000 unidades imobiliárias. Caso a licitante não possua Base de Dados com este quantitativo, a mesma poderá criar/constituir sua Base de Dados para apresentação, através de replicação destes dados (espaciais e atributos) de Município com quantidade menor, até o montante requerido.

2.7. No caso da empresa que apresentar o menor preço e que tenha cumprido os requisitos do Edital e não cumprir os requisitos técnicos constantes nas funcionalidades e características mínimas obrigatórias para o Sistema, a Comissão convocará a empresa que restou qualificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até comprovar os requisitos mínimos obrigatórios do Sistema para prosseguir com o certame.

2.8. A avaliação técnica para verificação do atendimento ou não dos requisitos mínimos do Sistema ofertado será processada por corpo técnico indicado pela Administração.

3 – SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNIDADE	QTD.
1	DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA		
1.1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas na escala 1:5.000 e Perfilamento a Laser aerotransportado da área urbana	Km ²	97
1.2	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana, na escala 1:1.000 (GSD de 10 cm)	Km ²	97
1.3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital, na escala 1:1.000	Km ²	97
1.4	Perfilamento a Laser aerotransportado para geração de curvas de nível	Km ²	97
2	DO LEVANTAMENTO CADASTRAL IMOBILIÁRIO		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

2.1	Levantamento in loco para medição das unidades imobiliárias do perímetro urbano	Unidade Imobiliária	200.000
2.2	Levantamento in loco para coleta dos atributos cadastrais e imagem digital das unidades imobiliárias do perímetro urbano	Unidade Imobiliária	200.000
2.3	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias	Unidade Imobiliária	200.000
3	DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DE LOGRADOUROS		
3.1	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Unidade	5.000
4	CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DE DADOS MULTIFINALITÁRIOS, PARA FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM		
4.1	Conversão e adequação de dados Multifinalitários.	Hora	300
5	DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO		
5.1	Fornecimento e Implantação de Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo	Software Corporativo	1
6	DA CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO PARA INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS EXISTENTES		
6.1	Customização do Sistema	Hora	250
7	DA ELABORAÇÃO DA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS (PVG)		
7.1	Elaboração da Planta de Valores Genéricos (PVG)	Hora	2.500
8	DO TREINAMENTO		
8.1	Módulo A - Treinamento em Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo; Módulo B - Treinamento em Coleta de dados; Módulo C - Treinamento na atualização do Cadastro Imobiliário, Mobiliário e Logradouros.	Pessoa	50
9	DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS		
9.1	Suporte técnico operacional, manutenção e atualizações dos Sistemas implantados	Mês	12

4 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA

4.1.1 – Planejamento Geral dos Serviços de Aerofotogrametria

I. Trata-se do detalhamento do plano de trabalho e planos de voo em nível de execução.

II. Nesta etapa deverá ser obtida a autorização de aerolevanteamento, a ser solicitada ao Ministério da Defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

Obs.: A empresa vencedora ou a subcontratada da empresa vencedora, para execução da etapa de Cobertura Aerofotogramétrica, deverá comprovar previamente a inscrição junto ao Ministério da Defesa na categoria “A”, como empresa especializada para execução de serviços de aerolevanteamento, para as etapas de execução da cobertura aerofotogramétrica e seu processamento.

III. Deverá ser mobilizada toda a infraestrutura, inclusive aeronave e equipes para o desenvolvimento dos trabalhos.

4.1.2 Levantamento Aerofotogramétrico e Perfilamento a Laser

I. Execução de Cobertura Aerofotogramétrica com GSD de 10cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000, abrangendo toda a área do Município, bem como Perfilamento a Laser com densidade de 4 pontos por metro quadrado (4 pontos /m²);

II. Os equipamentos a serem utilizados na execução da cobertura aerofotogramétrica deverão satisfazer, no mínimo, as seguintes condições:

a) A aeronave deverá:

- Estar devidamente adaptada e homologada para execução da Cobertura Aerofotogramétrica, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do voo a realizar;
- Possuir piloto automático;
- Possuir sistema GPS para a orientação da aeronave de acordo com o plano de voo;
- Estar equipada com câmera aerofotogramétrica digital com todos os acessórios, conforme especificado neste Termo de Referência;
- Estar equipada com o planejamento do voo em meio digital;
- Possuir sistema inercial (IMU) e GPS integrado à câmera e aeronave para registros dos dados de atitude da câmera e aeronave;
- Possuir instalações de antena GPS e IMU integrados a câmera para voo apoiado;
- Possuir sistema de gerenciamento, registro e armazenamento dos dados do voo;
- Estar equipada com sistema de gerenciamento de voo (FMS).

b) A câmera aerofotogramétrica digital deverá:

- Possuir resolução geométrica de 100 MP (Megapixel) ou mais. Possuir resolução espectral que atenda o intervalo da faixa do visível;
- Possuir dispositivos eletrônicos para o gerenciamento e controle da câmera para manter a conformidade da cobertura aérea do objeto do trabalho;
- Ser dotada com dispositivo para correção do arrasto da imagem, tipo FMC (Forward Motion Compensation), mecânico ou digital;
- Possuir GPS e sistema inercial integrados e aptos para voo apoiado.

c) O Perfilador a Laser aerotransportado deverá:

- Possuir tecnologia full-waveform.

I. A empresa contratada ou a empresa subcontratada para etapa de Cobertura Aerofotogramétrica deverá fazer comprovação de calibração da câmera aerofotogramétrica a ser utilizada, através da apresentação do Certificado de Calibração, fornecido pelo fabricante da câmera aérea ou por serviço técnico especializado com data não superior a dois anos da abertura dos envelopes desta licitação.

4.1.3 Plano de Voo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

I. A cobertura aerofotogramétrica deverá ser executada a partir do Plano de Voo previamente aprovados pela Prefeitura, devendo possuir no mínimo os seguintes aspectos:

- a) GSD das imagens;
- b) Altitude do voo;
- c) Altura do voo, máxima e mínima;
- d) Quantidades de faixas do voo;
- e) Numeração das faixas do voo;
- f) Quantidades de Fotografias;
- g) Disposição planejada com a formação das faixas de voo e dos modelos, através das coordenadas UTM, fusos, hemisfério Sul, do início e fim de cada faixa (SIRGAS2000), com indicação das coordenadas geográficas nas extremidades, canto direito superior e canto esquerdo inferior;
- h) Aeroporto base das operações de voo;
- i) A localização da área a ser mapeada com as faixas e fotos sobrepostos graficamente;
- j) Arquivos digitais gráficos georreferenciados em formato DXF e KML;
- k) Em cada faixa, em seus extremos, os pontos principais das duas primeiras e das duas últimas exposições deverão encontrar-se fora dos limites fixados para a área de trabalho;

II. O Perfilamento a Laser deverá ser executado a partir do Plano de Voo previamente aprovados pela Prefeitura, devendo possuir no mínimo os seguintes aspectos:

- a) Densidade mínima de pontos por metro quadrado da nuvem de pontos a ser obtida;
- b) Altura de voo condicionada a obtenção da precisão e exatidão necessária para atendimento ao objeto deste Projeto;
- c) Largura das faixas de perfilamento (varredura);
- d) Velocidade do voo;
- e) Ângulo de abertura (swathwide) para varredura do sistema;
- f) Superposição lateral, que deverá ser de no mínimo 20%;
- g) Número de faixas;
- h) Frequência de varredura (scan);
- i) Espaçamento dos pontos em x e em y;
- j) Apresentação gráfica das linhas de voo planejadas;

4.1.1.4 Execução do Voo

I. A execução do voo com GSD de 10 cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000, deverá seguir as seguintes prescrições:

- a) A superposição longitudinal entre fotografias aéreas consecutivas deverá ser de no mínimo 80%;
- b) A superposição lateral entre faixas de voo contíguas deverá ser de no mínimo 50%;
- c) Em cada faixa, os pontos principais das duas primeiras e das duas últimas exposições deverão encontrar-se fora dos limites fixados para a área de trabalho;
- d) A tomada das fotografias deverá ser feita em horário que garanta o máximo aproveitamento da cobertura;
- e) Será admitida uma variação na escala de voo de $\pm 5\%$, em relação à escala planejada;
- f) Quando houver interrupção na faixa de voo, a retomada da execução da faixa de voo deverá ser feita de modo a haver uma superposição de, no mínimo, dois modelos fotogramétricos;
- g) O imageamento deverá ser feito em dias claros, sem brumas, com céu limpo e condições atmosféricas favoráveis. Não serão admitidas fotografias com superexposição e subexposição;

II. A execução do Perfilamento a Laser com densidade de 4 pontos /m², deverá seguir as seguintes prescrições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

a) Os resultados da execução da cobertura aérea com a finalidade do Perfilamento a Laser não deverá divergir em até 5% do apresentado no planejamento, não sendo admissível apresentar valores inferiores que sejam prejudiciais ao atendimento do objeto deste Termo;

b) Gerar planilha comparativa dos dados de voo planejados com os dados adquiridos.

III. A cobertura aérea deverá ser realizada em condições apropriadas (lentes, luz, filtros e tempo de exposição entre outros) que evitem os efeitos de vinhete (vignette).

4.1.5 Processamento das Imagens

I. O processamento das imagens coloridas deverá ser realizado em setor de processamento digital, utilizando equipamentos e software apropriados, de acordo com as necessidades do produto a ser gerado.

II. As imagens “nativas” do sistema deverão ser processadas a partir de sua resolução radiométrica original e exportadas para o formato TIFF (TaggedImage File Format) sem compressão, com resolução radiométrica de 8 bits (256 níveis de cinza) por banda RGB, sem degradação.

4.1.6 Geração de Foto Índice

I. Deverá ser desenvolvido um foto índice para o voo realizado, que deverá ser colorido e as imagens aéreas deverão ser reamostradas para resolução adequada, e montadas em faixas, com as respectivas sobreposições, enquadrada por coordenadas geográficas, através de cruzetas desenhadas nos quatro cantos do foto índice.

II. Deverão constar no foto-índice as seguintes informações:

- a) Nome do contratante e do executante;
- b) Escala do foto-índice e escala de voo;
- c) Norte geográfico;
- d) Número de faixas e fotos que o compõem, e
- e) Mapa de localização da área fotografada.

Obs.: Para controle da qualidade do serviço a contratada deverá apresentar à fiscalização da Prefeitura um modelo do foto-índice que será gerado.

4.1.7 - Apoio Terrestre

I. Apoio Básico

a) Deverá ser realizada a reocupação dos marcos existentes da Prefeitura. Nos casos de marcos destruídos, deverão ser implantados novos marcos de maneira que se obtenha a densidade de 1 marco a cada 3km² para a área urbana.

b) Para a determinação das coordenadas dos marcos deverão ser seguidas as especificações abaixo:

❖ Deverão ser amarrados à rede geodésica do IBGE referida ao SIRGAS 2000, e a altura ortométrica destes vértices deverá ser obtida aplicando-se a correção da ondulação geoidal, podendo esta ser obtida por mapa geoidal local ou pelo mapgeo;

❖ Deverá ser utilizada a determinação relativa, com rastreamento simultâneo mínimo de 04 (quatro) satélites, com elevação mínima de 15º acima do horizonte, utilizando rastreadores de dupla frequência, por um período de, no mínimo, 01 (uma) hora;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- ❖ Após o ajustamento dos cálculos, as coordenadas plano retangulares dos pontos de apoio suplementar deverão ser calculadas no Sistema de Projeção UTM (Universal Transverso de Mercator), referenciadas ao SIRGAS2000;
 - ❖ O processamento e o ajustamento das observações deverão ser feitos com software específico, pelo método de dupla diferença de fase;
 - ❖ Para cada vértice do apoio básico, deverá ser elaborada uma monografia cujo modelo deverá ser apresentado à Contratante.
- c) Para o caso de implantação de novos marcos deverão ser seguidas as seguintes especificações:
- ❖ Os vértices do apoio básico a serem implantados deverão ser monumentalizados por marcos de concreto armado, resistentes, de formato tronco-piramidal com altura de 60 cm. A base deve ser quadrada com 30 cm de lado e o topo, também quadrado, com 20 cm de lado e com uma chapa de metal cravada no centro contendo as seguintes inscrições:
 - Número do marco;
 - Nome da contratante;
 - Nome da contratada;
 - A inscrição “PROTEGIDA POR LEI”.
 - ❖ O modelo da chapa de metal a ser implantada deverá ser apresentado à Contratante para prévia aprovação.
 - ❖ Os vértices deverão ser monumentalizados e implantados em locais estratégicos de forma a dificultar sua destruição, devendo ser distribuídos de forma homogênea por toda a área voada.

I. Apoio Suplementar

- a) Deverá ser realizado apoio suplementar para a cobertura aerofotogramétrica com GSD 10cm, equivalente à escala 1:5.000.
- b) O apoio terrestre suplementar deverá ser executado com o objetivo de determinar coordenadas e altitudes de um conjunto de pontos do terreno, nítidos e identificáveis nas fotografias aéreas, necessários para execução das operações fotogramétricas de aerotriangulação.
- c) A determinação planialtimétrica deverá ser feita por rastreamento de satélites GPS, pelo método relativo estático, em tempo suficiente para resolver as ambiguidades, a fim de garantir a precisão necessária.
- d) As altitudes dos pontos de apoio vertical suplementar deverão ser determinadas por rastreamento de satélites GPS, com aplicação no modelo geoidal para se obter a altitude ortométrica de cada ponto.
- e) Após o ajustamento dos cálculos, as coordenadas plano retangulares dos pontos de apoio suplementar deverão ser calculadas no Sistema de Projeção UTM (Universal Transverso de Mercator), referenciadas ao SIRGAS2000.
- f) O processamento e o ajustamento das observações deverão ser feitos com software específico, pelo método de dupla diferença de fase.

4.1.8 Aerotriangulação

- I. Deverá ser realizada a aerotriangulação para a cobertura aerofotogramétrica com GSD 10cm ou melhor, equivalente à escala 1:5.000.
- II. A determinação dos parâmetros de orientação exterior (posição e atitude), para imagens métricas digitais de quadro, deverá ser feita através da técnica de Aerotriangulação por bloco, utilizando feixes de raios (BundleBlockAdjustment) e ajustamento pelo método dos mínimos quadrados (MMQ) e seguir, no mínimo, as especificações abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- a) Os pontos fotogramétricos, de apoio e de controle deverão ser medidos no modo estereoscópico, utilizando para isso estações fotogramétricas digitais dotadas de recurso tridimensional (3D);
- b) Os pontos fotogramétricos deverão ser medidos de modo automático ou semiautomático, com refinamento por correlação por mínimos quadrados, de modo a permitir uma precisão de sub-pixel. A verificação do ponto medido deverá utilizar recursos de visualização tridimensional (3D);
- c) Em cada imagem deverão ser lidos pelo menos um ponto fotogramétrico por região de Grüber, totalizando, pelo menos, 9 pontos por imagem;
- d) Nas regiões de sobreposição entre fotos adjacentes (modelos estereoscópicos) deverão ser medidos, pelo menos, um ponto fotogramétrico por região de Grüber bem definido, totalizando pelo menos, 6 pontos por modelo estereoscópico;
- e) Nas regiões de superposição entre as faixas adjacentes, deverá ser garantida a existência de, no mínimo, 1 ponto de ligação por região de Grüber, totalizando pelo menos 3 pontos nesta região, por imagem;
- f) Em casos excepcionais (modelo incompleto) admite-se 4 pontos fotogramétricos distribuídos na área útil do modelo;
- g) Deverá ser feita uma inspeção visual dos pontos fotogramétricos obtidos por correlação (passagem e ligação), para eliminar falsas correspondências em regiões de sombra, objetos em movimento, padrões repetitivos, dentre outras;
- h) Quando possível, deverão ser incluídos, também, pontos fotogramétricos situados no nível da água de rios e lagos, para que sirvam de controle e verificação da compatibilidade dos resultados com o escoamento normal das águas.

III. Quanto ao método de obtenção dos parâmetros de orientação exterior das imagens, por medição direta com o emprego de receptores GPS/GNSS e IMU, ressalta-se aqui que: os parâmetros de orientação exterior das imagens obtidos por medida direta poderão ser utilizados para o auxílio à aerotriangulação. Os valores finais desses parâmetros devem, obrigatoriamente, ser determinados por meio da técnica de Aerotriangulação por bloco utilizando feixes de raios (Bundle Block Adjustment) e ajustamento pelo método dos mínimos quadrados (MMQ), conforme aqui especificado.

4.1.9 Modelo Digital de Superfície - MDS a Partir do Perfilamento a Laser

I. A geração do MDS, a partir da nuvem de pontos do perfilamento a laser, deverá:

- a) Apresentar todos os pontos coletados na etapa de perfilamento a laser;
- b) Apresentar precisão compatível com a escala das ortofotos 1:1.000;

4.1.10 Modelo Digital do Terreno - MDT a Partir do Perfilamento a Laser

I. O MDT a partir dos dados tratados do perfilamento a laser, deverá subsidiar a geração das ortofotos em escala 1:1.000, e apresentarem as seguintes especificações:

- a) Apresentar somente pontos no nível do solo;
- b) Deverá ser composto por malha de pontos irregular e triangular (TIN).

4.1.11 Geração de Curvas de Nível

I. A partir dos pontos do MDT deverão ser geradas curvas de nível, com equidistância vertical de 0,5 (zero vírgula cinco) metros para a área de mapeamento na escala 1:1.000, com as seguintes especificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

- ❖ As curvas de nível deverão ter traçado contínuo (sem interrupção), devendo compor um nível de informação específico, com os respectivos valores altimétricos incorporados como atributos;
- ❖ A edição das curvas de nível deverá ser feita para eliminação do excesso de pontos e resíduos de curvas;
- ❖ Deverão ser gerados pontos cotados em regiões planas.

4.1.12 Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital, na escala 1:1.000.

I. A restituição deverá ser executada em estações fotogramétricas digitais, devendo possuir software de fotogrametria e sistema computacional de desenho apropriado, possibilitando que as informações coletadas sejam registradas e armazenadas de forma adequada, com precisões compatíveis para restituição em escala 1:1.000 ou melhor;

II. Os originais da restituição deverão ser produzidos na forma digital, gerando-se arquivos vetoriais, estruturados em planos de informação padronizados para todas as folhas da planta 1:1.000, distribuídos de acordo com o plano de organização apresentado pela Contratada e aprovado pelo Município;

III. Da mesma forma, deverá haver padronização na escolha dos tipos de entidades gráficas e seus atributos gráficos para representação cartográfica das diferentes feições e informações marginais, nas folhas de planta 1:1.000. A Contratada deverá apresentar uma proposta de organização lógica dos arquivos vetoriais, com vistas à aprovação do Município;

IV. Para produção dos arquivos vetoriais das folhas da planta em escala 1:1.000, deverão ser restituídos:

a) Grupo “Vias de Acesso”:

- ❖ Vias pavimentadas com meio-fio e sem meio-fio;
- ❖ Vias não pavimentadas com meio-fio e sem meio-fio;
- ❖ Vias projetadas e em construção;
- ❖ Escadarias, acessos, caminhos e trilhas;
- ❖ Pontes e pinguelas;

b) Grupo “Infraestrutura”:

- ❖ Divisas de Lotes visíveis;
- ❖ Contorno de Quadras;
- ❖ Piscinas;
- ❖ Campos de Futebol, Quadras de Esporte e Autódromos;
- ❖ Praças, Parques, Jardins e Canteiros;
- ❖ Pier, Cais e Porto;
- ❖ Postejamento;
- ❖ Subestação de Energia, Torres de Transmissão;
- ❖ Linhas de Transmissão;
- ❖ Aeroportos e Heliportos;

c) Grupo “Ambiental”:

- ❖ Hidrografia;
- ❖ Vegetação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

d) Grupo “Altimetria”:

- ❖ Pontos cotados em picos de morros, áreas baixas sujeitas a inundação;
- ❖ Pontos cotados em cruzamento de Logradouros;
- ❖ Pontos cotados em obras de arte, cortes e aterros;
- ❖ Pontos cotados no topo das Edificações ou cumieiras;

V. Após a edição cartográfica, revisão e correção dos arquivos digitais deverá ser procedida à limpeza e estruturação topológica dos arquivos, com vistas à eliminação de falhas decorrentes dos processos de restituição e compilação/edição cartográfica, bem como garantir, principalmente:

- a) A continuidade de elementos gráficos lineares, principalmente das curvas de nível (geradas a partir dos dados do perfilhamento a laser e editadas cartograficamente)
- b) O fechamento de polígonos;
- c) A eliminação de elementos duplicados ou desnecessários (fragmentos);
- d) A eliminação ou correção de “gaps” e “dangles”;
- e) As ligações das partes de feições representadas em mais de uma folha;

4.2 DA GERAÇÃO DAS ORTOFOTOS DIGITAIS EM ESCALA 1:1.000 (GSD DE 10 CM OU MELHOR)

4.2.1 Deverão ser geradas ortofotos digitais em escala 1:1.000 (GSD de 10cm ou melhor) para toda a área do Município.

4.2.2 A ortoprojeção deverá ser realizada a partir das imagens digitais, do MDT, dos dados de aerotriangulação, e dos parâmetros de calibração da câmera.

4.2.3 As ortofotos deverão ser recortadas por folhas do Sistema Cartográfico Convencional, preparadas para plotagem, e nos casos em que uma ortofoto for composta por mais de uma imagem, deverá se proceder a mosaicagem de mais de uma ortoimagem, garantindo perfeita coincidência geométrica e colorimétrica.

4.2.4 A ortorretificação deverá ser complementada por ajuste radiométrico das imagens visando a eliminar mudanças de luminosidade entre imagens adjacentes e uniformizar o contraste e tonalidade do produto final, sem perda de informações visuais.

4.3 DO LEVANTAMENTO CADASTRAL IMOBILIÁRIO

4.3.1 Nesta etapa deverá ser executada a atualização da Base de Dados do Cadastro Imobiliário, contemplando 200.000 (duzentas mil) unidades imobiliárias previstas na área urbana.

I. Considera-se uma unidade imobiliária:

- a) Terreno Baldio
- b) Casa
- c) Apartamento
- d) Sala/ Loja
- e) Galpão
- f) Edícula
- g) Garagem
- h) Telheiro
- i) Box de Garagem/ Hobby Box



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

4.3.2 Inicialmente, a empresa contratada deverá disponibilizar um escritório local no Município de Vitória com toda instalação necessária para realização das atividades de coleta dos dados em campo e tratamento das informações em gabinete.

4.3.3 A Contratada deverá promover reuniões mensais com a equipe técnica municipal designada pelo Município, visando informá-los sobre os trabalhos que realizados naquele período.

4.3.4 A equipe Municipal definirá a ordem da sequência dos levantamentos a serem realizados, por Bairros, Setores ou regiões de interesse, informando a Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para preparo do material necessário.

4.3.5 Todo o pessoal de campo deverá estar uniformizado e devidamente identificado por crachá impresso com seu nome, identificação da empresa e telefones da Prefeitura, para possível consulta por parte do Contribuinte/ Morador.

I. A contratada deverá realizar um levantamento sobre o acervo de informações existentes na Prefeitura Municipal, tanto em meio digital, quanto analógico e que sejam considerados necessários para a organização dos mais diversos cadastros, como o Imobiliário, e seus cadastros auxiliares;

II. A representação gráfica das Quadras e Lotes deverá ser comparada com as Plantas de Quadras existentes, Loteamentos, Base de Dados Tributária atualmente usada no Sistema de Gestão Tributária e com o Levantamento em campo realizado.

III. Proceder com a compatibilização da Base Cadastral Georreferenciada, a fim de representar os Lotes existentes no Banco de Dados Tributário e ausentes na mesma.

IV. Proceder com a adequação dos polígonos de Quadras e Lotes ao Cadastro Imobiliário existente no Município, bem como a recuperação da indexação dos códigos das inscrições cadastrais de cada imóvel;

4.3.6 A Contratada deverá proceder com o levantamento georreferenciado dos Lotes que porventura não sejam identificáveis na etapa de Restituição na escala 1:1.000 (Ex.: Loteamentos ou desmembramentos aprovados e não implantados, Lotes não existentes na Base Cartográfica pré-existente);

4.3.7 O Levantamento georreferenciado das edificações deverá ser obtido através de medições em campo, não sendo admitida a utilização de medidas oriundas de Restituição Estereofotogramétrica ou vetorização sobre Ortofotocartas.

I. Os Croquis de Plantas de Quadras contendo os Lotes e Edificações com suas respectivas medidas levantadas em campo, deverão ser disponibilizados para equipe de fiscalização do Município sempre que solicitado, a fim de aferir os procedimentos de Levantamento Cadastral.

4.3.8 Os atributos e imagens digitais das unidades imobiliárias deverão ser coletados através de coletor de dados digital com câmera digital acoplada ou integrada, com resolução mínima de 5,0 (cinco) megapixels, através de aplicativo de Coleta, de acordo com os dados constantes no Boletim de Cadastro Imobiliário existente no Município.

4.3.9 Por ocasião da coleta de dados, deverá ser atualizada a posse com animus domini, sendo solicitado ao Contribuinte/Morador a documentação de comprovação (Contrato de Compra e Venda, Recibo, Escritura Pública, outros). Não sendo possível a obtenção de tal informação, deverá ser deixado um documento com código único (vinculado a inscrição imobiliária do imóvel), informando ao Contribuinte o endereço na internet para ele realizar o envio (upload) de documento que comprove a referida situação de posse.

4.3.10 Quando não for possível proceder com a medição ou coleta de dados e imagens de algum imóvel, deverá constar no Croqui e posteriormente no Banco de Dados, o motivo:

I. Proprietário ausente ou;

II. Levantamento não autorizado pelo proprietário ou;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

III. Edificação não habitada;

4.3.11 Deverão ser programadas equipes para trabalhar aos sábados quando necessário, a fim de revisitar os locais em que os proprietários estavam ausentes. Cumpridos os procedimentos nos casos onde ocorrer a ausência do responsável ou o impedimento da equipe responsável pelo levantamento a área construída será estimada a partir de elementos existentes na Restituição/ Ortofotocarta na escala 1:1.000, com respectivo desconto de beiral.

4.3.12 Deverá ser realizada a edição vetorial dos Croquis retornados do Levantamento em campo, em especial as Edificações levantadas, representando-as graficamente utilizando as medidas obtidas em campo, bem como proceder com a sua geocodificação e correlação cadastral com o atual Banco de Dados Tributário, quando a referida unidade imobiliária já existir no mesmo.

4.3.13 Na sequência que os Bairros/ Setores forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pela Contratada os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pela Prefeitura, conforme abaixo:

I. A Notificação deverá ser gerada em arquivo no formato PDF;

II. Deverá constar no mínimo a foto de fachada do imóvel, Mapa de Localização destacando o Imóvel, e diferença da área construída e/ou área territorial, que será comparada com a atualmente existente no Sistema Tributário.

III. A notificação será impressa e enviada aos contribuintes dos imóveis pela Prefeitura.

4.3.14 Ficará a cargo da Contratada, a geração de arquivo de dados com todas as alterações e novos cadastros, que deverá ser definido de comum acordo com a equipe técnica Municipal, para importação destes no Sistema de Gestão Tributária existente.

4.4 DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DE LOGRADOUROS

4.4.1 Deverá ser executada a atualização da Base de Dados dos Logradouros, estimado em 5.000 (cinco mil) Seções (trechos) de Logradouro, contemplando:

I. Coleta dos atributos e imagem digital de cada Seção de Logradouro, através de coletores de dados digitais com câmeras digitais acopladas ou integradas, com resolução mínima de 5,0 (cinco) megapixels, através de aplicativo de Coleta, de acordo com os dados constantes no Boletim de Cadastro de Logradouros existente no Município.

II. Adequação dos segmentos/ seções de Logradouros ao Cadastro de Logradouros existente, bem como a recuperação da indexação dos Códigos de Logradouros e Códigos de Segmentos existentes na Base de Dados de Logradouros do Município.

4.4.2 - Todo o pessoal de campo deverá estar uniformizado e devidamente identificado por crachá impresso com seu nome, identificação da empresa e telefones da Prefeitura, para possível consulta por parte do Contribuinte/ Morador.

4.5 CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DE DADOS MULTIFINALITÁRIOS, PARA FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM

4.5.1 Inicialmente, a empresa a ser contratada deverá proceder um diagnóstico em relação à base de dados espaciais utilizada pela Prefeitura, tendo em vista analisar as opções para sua adequação e/ou complementação.

4.5.2 Deverá contemplar dados Espaciais, Alfanuméricos e Imagens.

I. Base de Dados Espaciais



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

a) Esta base deverá ser criada a partir das Ortofotocartas, do Perfilamento a Laser, e dos dados do levantamento em campo a ser realizado, previstos nesta contratação, promovendo, com apoio nos elementos cartográficos existentes na prefeitura (base de espaciais existente, plantas de quadras / lotes, plantas de loteamentos, etc.) os ajustes necessários através de vetorização dos polígonos e polilinhas de entidades de referência espaciais representadas pelas quadras, lotes, eixos de logradouros, segmentos de face de quadras e por pontos geográficos de informações geoespaciais.

b) A base assim elaborada deverá permitir a adoção de um sistema de codificação geográfica que deverá se constituir em “CHAVE ÚNICA” para georreferenciamento de dados e informações tabulares existentes nos cadastros mantidos pelas secretarias municipais.

c) A base de dados espacial deverá conter no mínimo os Distritos, Setores, Bairros, Quadras, Seções/ Segmentos de Logradouro, Lotes e Edificações, onde os elementos cartográficos deverão ser representados e identificados com códigos geográficos (geocodificação) conforme abaixo:

Camada	Tipo de entidade	Geocodificação
Bairro	Polígono	Código do Bairro
Loteamento	Polígono	Código do Loteamento
Distrito	Polígono	Código do Distrito
Setor	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor
Quadra	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra
Lote	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote
Edificação/ Unidade	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Edificação + Número da Unidade
Piscina	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Piscina
Seção/ Segmento de Logradouro	Polilinha	Código do Logradouro + Código da Seção/ Segmento

Obs.: Na Geocodificação de Bairro, Logradouro, Seção/Segmento de Logradouro e Lote, devem ser utilizados os códigos já existentes na Base de Dados atualmente utilizada no Município.

II. Base de Dados Alfanuméricos

a) Deverá abranger informações sobre as propriedades imobiliárias edificadas ou não, quadras, lotes, glebas, logradouros e segmentos de logradouros. Estas informações deverão possuir referências espaciais únicas geradas a partir da Base de Dados Espaciais do CTM, visando a integração e cruzamento de informações geográficas para usos múltiplos da administração municipal de Vitória.

b) Esta etapa visa também, a consolidação das informações do Plano Diretor e dados Socioeconômicos para uso nos diversos setores da administração.

❖ Informações do Plano Diretor:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

- Construção da Geocodificação, que consiste na criação de uma chave de ligação empregada no relacionamento entre as duas Bases de Dados (Espacial e Alfanumérica), executando este procedimento para todos os Zoneamentos;
- Proceder com as rotinas de fechamento topológico, transformando o Zoneamento em polígonos fechados;
- Converter e adequar a Legislação do Plano Diretor para um formato de Banco de Dados;
- ❖ Informações Socioeconômicas:
 - Representação e Geocodificação das camadas espaciais:
 - Regionais de Saúde;
 - Áreas de Saúde;
 - Micro Áreas de Saúde;
 - Unidades de Saúde;
 - Setores Censitários do Censo do IBGE;
 - Áreas de Risco;
- c) Os dados socioeconômicos dos Domicílios, Famílias e Pessoas, deverão ser obtidos através de integração para consulta com o sistema E-SUS ou com o Sistema próprio da PMV, chamado de Rede Bem Estar”, conforme necessidade do município.

III. Arquivo de Imagens

- a) Estes dados serão obtidos através das imagens das unidades imobiliárias e das seções de logradouros levantadas em campo, bem como através da digitalização e associação de imagens (documentos diversos, fotos, etc), à Base de Dados Geográficos do CTM;

4.6 DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO

4.6.1 O Sistema deverá ser dividido por Módulos, que deverão operar de forma integrada, e deverão apresentar número de licenças ilimitado e irrestrito, bem como indeterminado o período de sua licença de uso, para uso exclusivo da Prefeitura Municipal.

4.6.2 Todos os Módulos deverão utilizar a mesma Base de Dados Corporativa, a fim de manter a integridade e consistência, e se tornar um repositório único de dados, considerando que o Município já possui um Banco de Dados de Informações Georreferenciadas – BDGIS, instituído pelo Decreto Nº 14.356/2009 e alterado pelo Decreto Nº 17.233/2017.

4.6.3. Características e funcionalidades do Sistema:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SISTEMA EM AMBIENTE INTRANET (REDE INTERNA) E INTERNET (SITE DA PREFEITURA)		
ITEM	DESCRIÇÃO	OBRIGATÓRIA
1.	Ter suporte aos principais navegadores de internet atualmente disponíveis, no mínimo, Microsoft Internet Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome	X
2.	Não necessitar instalação de plug-ins, applets, activeX ou qualquer componente nas estações cliente para seu funcionamento	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

3.	Apresentar interface gráfica nos idiomas português, espanhol e inglês para o ambiente internet (acesso público através do site da Prefeitura)	X	
4.	Sistema responsivo, apresentando compatibilidade com dispositivos móveis para no mínimo as Funcionalidades em ambiente internet, de acesso público que será disponibilizado através do site da Prefeitura	X	
5.	Apresentar Interoperabilidade da Base dos Dados devendo utilizar padrões do Open Geospatial Consortium (OGC), no mínimo <i>Web Map Services</i> (WMS) e <i>Web Feature Service</i> (WFS)	X	
6.	Utilizar tecnologia de cache de dados no Servidor de Mapas (tanto para as camadas vetoriais (Lote, Edificação, Quadra, etc) quando as camadas raster (Ortofoto, Imagem de Satélite, etc)), visando ganho de performance no processamento e trafico de dados. As atualizações de dados espaciais previstas nas funcionalidades de edição cartográfica, quando realizadas deverão ser disponibilizadas/ atualizadas para visualização no Sistema, tanto nas estações dos usuários internos quanto dos usuários públicos que irão acessar através do site da Prefeitura, sendo este procedimento realizado de forma automatizada pelo Sistema	X	
7.	Disponibilização dos dados contidos na Base de Dados através de WebService/ API (perante usuário autenticado), possibilitando o consumo destas informações por Sistemas externos. A licitante deverá demonstrar a documentação dos serviços disponíveis, bem como utilizar um Sistema cliente próprio ou de terceiros para comprovar seu funcionamento	X	
8.	As funcionalidades de Localização devem possibilitar a busca por digitação do texto/ nome, ou parte do texto/ nome, bem como apresentar o recurso de AutoComplete	X	
9.	A Solução apresentada, deve possibilitar duas ou mais instâncias do Servidor de Mapas operando de forma simultânea, visando ganho de performance no processamento	X	
10.	Apresentar integração com o Sistema E-SUS Atenção Básica ou com o sistema próprio da Prefeitura Municipal de Vitória, chamado de "Rede Bem Estar" conforme necessidade do município, especificamente nos Cadastros de Domicílios e Pessoas/Famílias	X	
11.	O Sistema deverá operar através de navegador de internet, admitindo-se para as funcionalidades de Edição Cartográfica a utilização de Sistema Desktop, desenvolvido ou customizado, desde que acessando diretamente a Base de Dados corporativa, sem procedimentos de importação/ exportação de dados, e que apresente as funcionalidades mínimas exigidas	X	
FUNCIONALIDADES PARA O SISTEMA EM AMBIENTE INTRANET (REDE INTERNA)			
ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	OBRIGATÓRIA
1.	Consulta de Dados	Criação de expressões de consulta pelo usuário, selecionando a Camada/ Layer, o item de cadastro, operador e valor de interesse, e que permita o cruzamento de duas ou mais Camadas	X
2.	Consulta de Dados	Possibilidade de delimitar área de expressão de consulta através de Atributos (Distrito ou Setor ou Bairro ou Logradouro) ou através de área definida pelo usuário (Polígono ou Retângulo)	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

3.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Endereço, selecionando o nome do Logradouro e número do imóvel	X
4.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Inscrição Imobiliária, selecionando o Distrito, Setor, Quadra e Lote	X
5.	Consulta de Dados	Localizar Edifício por nome de Edifício	X
6.	Consulta de Dados	Localizar Loteamento (destacar todos os Lotes do Loteamento), Quadra (destacar somente os Lotes da Quadra selecionada) ou Lote de Loteamento	X
7.	Consulta de Dados	Localizar Quadra através do número da Quadra, selecionando o Distrito, Setor e Quadra	X
8.	Consulta de Dados	Localizar Distrito através do nome do Distrito	
9.	Consulta de Dados	Localizar Setor através do nome do Setor, selecionando o Distrito a qual o mesmo pertence	
10.	Consulta de Dados	Localizar Bairro através do nome do Bairro	X
11.	Consulta de Dados	Localizar imóveis de Contribuinte através de Nome ou parte do Nome ou CPF/CNPJ	X
12.	Consulta de Dados	Visualização de dados das Pessoas/ Contribuintes	X
13.	Consulta de Dados	Visualização de dados dos Domicílios e composição familiar	X
14.	Consulta de Dados	Visualização de dados de determinado imóvel apontado pelo usuário, inclusive com a imagem frontal e Planta Cartográfica do mesmo	X
15.	Consulta de Dados	Visualização do histórico de alterações cartográficas (demonstrando o Croqui do mesmo antes e atual após alteração) e de atributos de imóvel apontado pelo usuário	X
16.	Consulta de Dados	Geração e visualização de Memorial Descritivo de imóvel, apresentando Croqui com os lotes confrontantes, contribuintes confrontantes e coordenadas dos vértices	X
17.	Consulta de Dados	Visualização de dados de determinada Planta de Quadra apontada pelo usuário, gerada a partir da Base de Dados e refletindo a situação atual da mesma, listando os imóveis existentes na Quadra e Planta Cartográfica da mesma contendo os Lotes, Edificações, Logradouros, Área dos Lotes (texto), Testadas (texto), Área Construída de cada unidade (texto), Tipo de Edificação de cada unidade (texto)	X
18.	Consulta de Dados	Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções	X
19.	Consulta de Dados	Visualizar dados de Zoneamento	
20.	Consulta de Dados	Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento	X
21.	Consulta de Dados	Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/ atividades de interesse	X
22.	Consulta de Dados	Possibilidade de selecionar dois ou mais Lotes adjacentes, para geração da Viabilidade, listando na mesma, as informações de todos os Lotes selecionados, bem como demonstrando a área total resultante, área total	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

		construída resultante, e testadas resultantes, tudo de acordo com a seleção do usuário	
23.	Consulta de Dados	Geração e visualização nas Consultas de Viabilidade, imagem do imóvel, croqui de localização, metragens/áreas, parâmetros do zoneamento, usos permitidos ou permissíveis e código de autenticação	X
24.	Análise Espacial	Realizar cálculo de medidas lineares e áreas (inclusive com opção de precisão (snap))	X
25.	Análise Espacial	Possibilidade de o usuário selecionar entidade espacial no Mapa de Navegação ou através de ponto ou linha ou polígono desenhado(s) pelo usuário, para origem da análise de entorno (Buffer) pretendida.	X
26.	Análise Espacial	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	X
27.	Atendimento ao Contribuinte	Cadastrar Requerimento de Contribuinte acerca de divergências de Cadastro, possibilitando selecionar os itens de Cadastro apontados como divergentes	X
28.	Atendimento ao Contribuinte	Apresentar estatísticas para cada item de Cadastro (item de BCI) constante nos Requerimentos abertos	X
29.	Atendimento ao Contribuinte	Apresentar consulta de Requerimentos por data inicial e data final definidas pelo usuário	X
30.	Impressão/Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A4 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica	X
31.	Impressão/Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A3 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica	X
32.	Impressão/Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A2 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica	X
33.	Impressão/Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A1 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica	
34.	Impressão/Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A0 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica	
35.	Impressão/Exportação de Dados	Exportação de camada selecionada pelo usuário para o formato SHP, DXF e KML	X
36.	Impressão/Exportação de Dados	Os relatórios gerados deverão apresentar a opção de exportação para PDF e XLS (ou XLSX ou CSV)	X
37.	Impressão/Exportação de Dados	Reimprimir Consultas de Viabilidade realizadas, requerimentos de atendimento, através de Código de Autenticação	X
38.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

39.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	X
40.	Tematização	Definição de cores para tematização por Valores únicos	
41.	Tematização	Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes	
42.	Tematização	Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes	
43.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	X
44.	Estatísticas	Geração de dados estatísticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	X
45.	Estatísticas	Possibilidade de delimitar área de interesse através de Distrito ou Setor ou Bairro	
46.	Estatísticas	Apresentar informações do item de Cadastro selecionado, apresentando quantitativo, percentual e gráfico (coluna ou pizza)	X
47.	Estatísticas	Ao gerar estatísticas do item de Cadastro, possibilitar ao usuário também visualizar os gráficos diretamente o mapa de navegação (exemplo: no centro de cada Bairro) de acordo com a delimitação selecionada (Distrito ou Setor ou Bairro), permitindo assim, uma visão especializada do item de interesse	X
48.	Edição Cartográfica	Possuir ferramenta de precisão (snap), no mínimo para fim de linha/ polilinha ou ponto (endpoint) e meio de linha/ polilinha (midpoint), perpendicular, intersecção	X
49.	Edição Cartográfica	Possibilitar de incluir /anexar imagem raster ortorretificada para apoio nas operações cartográficas	X
50.	Edição Cartográfica	Possibilidade de incluir/anexar arquivo em formato DWG ou DXF para apoio nas operações cartográficas	X
51.	Edição Cartográfica	Possibilidade de visualizar a imagem digital da entidade espacial armazenada no Banco de Dados para apoio nas operações cartográficas	X
52.	Edição Cartográfica	Possibilidade de carregar apenas uma Planta de Quadra ou apenas um Lote definido pelo usuário para realização das operações de Edição Cartográfica	X
53.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Lote (salvando no Banco de Dados a geometria, inscrição imobiliária (Distrito, Setor, Quadra e Lote), área do Lote, testada (s) com seus respectivos Logradouro e Seção, ocupação do Lote (Baldio ou Construído) e Situação na Quadra (meio de quadra, esquina ou encravado))	X
54.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Edificação (salvando no Banco de Dados a geometria, inscrição imobiliária (Distrito, Setor, Quadra, Lote, Edificação/ Unidade), área da Edificação/ Unidade, Tipo de Edificação, Pavimento da Unidade)	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

55.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Logradouro e Seções/ Segmento (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Logradouro + Código da Seção/ Segmento (métrico) + Lado da Seção, comprimento)	X
56.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Quadra (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra, área da Quadra)	X
57.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Distrito (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Distrito, nome do Distrito, área do Distrito)	
58.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Setor (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Distrito + Código do Setor, nome do Setor, área do Setor)	
59.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Bairro (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Bairro, nome do Bairro, área do Bairro)	
60.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Zoneamento (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Zoneamento, área do zoneamento, cor do zoneamento (conforme Mapa aprovado em Lei))	X
61.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Área de Risco (salvando no Banco de Dados a geometria, Código da Área de Risco, grau de risco)	X
62.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Evento de Risco (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Evento de Risco, tipo de evento (alagamento, etc), data do evento)	X
63.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Alojamento (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Alojamento, nome do Alojamento, quantidade de vagas)	X
64.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Região de Saúde (salvando no Banco de Dados a geometria, Código da Região)	X
65.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Área de Saúde (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Região de Saúde + Código da Área de Saúde)	X
66.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Micro Área de Saúde (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Região de Saúde + Código da Área de Saúde + Código da Micro Área)	X
67.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Hidrografia (salvando no Banco de Dados a geometria, Código da Hidrografia, nome da Hidrografia, Tipo de Hidrografia (Rio, Vala, Lagoa, etc)	X
68.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Ponto de Iluminação Pública (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Ponto)	
69.	Edição Cartográfica	Excluir Lote (Lote e todas as entidades vinculadas ao mesmo)	X
70.	Edição Cartográfica	Excluir Edificação/ Unidade (atualizar os campos área total construída, número de unidades no Lote, Ocupação do Lote)	X
71.	Edição Cartográfica	Excluir Logradouro e Seções	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

72.	Edição Cartográfica	Excluir Quadra (Quadra e todas as entidades vinculadas na mesma)	X
73.	Edição Cartográfica	Excluir Distrito	
74.	Edição Cartográfica	Excluir Setor	
75.	Edição Cartográfica	Excluir Bairro	
76.	Edição Cartográfica	Excluir Meio-fio/Calçada	
77.	Edição Cartográfica	Excluir Zoneamento	X
78.	Edição Cartográfica	Excluir Área de Risco	X
79.	Edição Cartográfica	Excluir Evento de Risco	X
80.	Edição Cartográfica	Excluir Alojamento	
81.	Edição Cartográfica	Excluir Região de Saúde	X
82.	Edição Cartográfica	Excluir Área de Saúde	X
83.	Edição Cartográfica	Excluir Micro Área de Saúde	X
84.	Edição Cartográfica	Excluir Hidrografia	
85.	Edição Cartográfica	Excluir Unidade de Saúde, Unidade de Ensino	
86.	Edição Cartográfica	Realizar Desmembramentos (todos os procedimentos de cadastro envolvidos no desmembramento devem estar presentes e atualizados ao fim do processo, como atualização da área do Lote, Testada, Área Total Construída, Total de unidades)	X
87.	Edição Cartográfica	Realizar Unificação de Lote (atualizar geometria, área construída, área total construída, número de unidades no Lote, Ocupação do Lote (Baldio ou Construído) e Situação na Quadra (meio de quadra, esquina ou encravado), testada (s))	X
88.	Edição Cartográfica	Realizar Recodificação de Lote, Edificação, Testadas, Logradouro e Seções, Quadra e Zoneamento (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na recodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo, como recodificando um Lote, todas suas unidades devem ser recodificadas no processo)	X
89.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Contribuinte/ Proprietário	X
90.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Pessoa	X
91.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Distrito	
92.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Setor	
93.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Bairro	
94.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Quadra	
95.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Lote	X
96.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Edificação/ Unidade	X
97.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Logradouro e Seções	X
98.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Parâmetros de Zoneamento	X
99.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Usos (atividades) de Zoneamento	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

100.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Sub usos (subatividades) de Zoneamento	X
101.	Edição de Atributos	Vincular ou desvincular um ou mais Sub usos (subatividades) a determinado Zoneamento selecionado pelo usuário	X
102.	Edição de Atributos	Possibilidade de definir estudos de impacto (vizinhança ou trânsito ou outro criado pelo usuário) a determinado Sub uso (subatividade) em determinado Zoneamento selecionado pelo usuário	X
103.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Área de Risco	X
104.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Evento de Risco	X
105.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Região de Saúde	X
106.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Área de Saúde	X
107.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Micro Área de Saúde	X
108.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Hidrografia	
109.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Ponto de Iluminação Pública	
110.	Edição de Atributos	Replicar uma ou mais unidades imobiliárias (demonstrar na criação de um Edifício com 10 (dez) andares, sendo 4 apartamentos por andar	X
111.	Edição de Atributos	Vincular imagem de documentos (CPF, RG, CNH, etc) a determinado imóvel	X
112.	Edição de Atributos	Incluir, excluir, alterar itens de cadastro, ou seja, customizar campos de dados, definindo o nome do campo e o tipo de entrada de dados (numérico, texto, seleção, multiseleção) vinculando o mesmo a sua respectiva Camada (Layer)	X
113.	Edição de Atributos	Os itens criados deverão estar disponíveis/ visíveis nas funcionalidades de Identificação/ Edição de Atributos da Camada, Mapa Temático, Criação de expressões de consultas, Mapa de Calor e Estatísticas	X
114.	Navegação	Aproximar (Zoom in)	X
115.	Navegação	Afastar (Zoom out)	X
116.	Navegação	Arrasto (Pan)	X
117.	Navegação	Visão Geral (Zoom extensão)	
118.	Navegação	Visão anterior	
119.	Navegação	Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	
120.	Manutenção de Usuários	Incluir, Alterar e Excluir Perfil de Usuário	X
121.	Manutenção de Usuários	Incluir, Alterar e Excluir Usuários	X
122.	Manutenção de Usuários	Vincular Usuário (s) a determinado Perfil	X
123.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Camadas em determinado Perfil	X
124.	Manutenção de Usuários	Configuração do estilo de apresentação das Camadas disponíveis no Mapa de Navegação, definindo tipo de preenchimento (cor e estilo) e cor de borda para polígonos,	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

		estilo e cor para Linha/ Polilinha, estilo, tamanho e cor para Ponto, bem como a transparência (polígono, linha, ponto e imagem raster) dos mesmos	
125.	Manutenção de Usuários	Possibilidade de o usuário salvar sua configuração de estilo de Camadas, sendo as mesmas carregadas automaticamente após seu login no Sistema, bem como o usuário administrador salvar configurações de camadas para o acesso público através do site da Prefeitura, estando as mesmas disponíveis nesta forma de acesso	X
126.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Funcionalidades em determinado Perfil	X
127.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Itens de Cadastro em determinado Perfil	X
128.	Manutenção de Usuários	Apresentar ferramenta de auditoria, permitindo visualizar as alterações/cadastros realizadas por determinado usuário, tipo de operação realizada (inclusão, alteração ou exclusão), bem como a data e hora da operação	X

FUNCIONALIDADES PARA O SISTEMA CORPORATIVO, EM AMBIENTE INTERNET (ACESSO PÚBLICO ATRAVÉS DO SITE DA PREFEITURA)			
ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	OBRIGATÓRIA
1.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Endereço, selecionando o nome do Logradouro e número do imóvel	X
2.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Inscrição Imobiliária, selecionando o Distrito, Setor, Quadra e Lote	X
3.	Consulta de Dados	Localizar Edifício por nome de Edifício	
4.	Consulta de Dados	Localizar Loteamento (destacar todos os Lotes do Loteamento), Quadra (destacar somente os Lotes da Quadra selecionada) ou Lote de Loteamento	
5.	Consulta de Dados	Localizar Quadra através do número da Quadra, selecionando o Distrito, Setor e Quadra	X
6.	Consulta de Dados	Localizar Distrito através do nome do Distrito	
7.	Consulta de Dados	Localizar Setor através do nome do Setor, selecionando o Distrito a qual o mesmo pertence	
8.	Consulta de Dados	Localizar Bairro através do nome do Bairro	
9.	Consulta de Dados	Visualização de dados de determinado imóvel apontado pelo usuário, inclusive com a imagem frontal e Planta Cartográfica do mesmo	X
10.	Consulta de Dados	Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

11.	Consulta de Dados	Visualizar dados de Zoneamento	
12.	Consulta de Dados	Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento	X
13.	Consulta de Dados	Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/ atividades de interesse	X
14.	Consulta de Dados	Possibilidade de selecionar dois ou mais Lotes adjacentes, para geração da Viabilidade, listando na mesma, as informações de todos os Lotes selecionados, bem como demonstrando a área total resultante, área total construída resultante, e testadas resultantes, tudo de acordo com a seleção do usuário	X
15.	Consulta de Dados	Geração e visualização nas Consultas de Viabilidade, imagem do imóvel, croqui de localização, metragens/áreas, parâmetros do zoneamento, usos permitidos ou permissíveis e código de autenticação	X
16.	Análise Espacial	Realizar cálculo de medidas lineares e áreas	X
17.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A4 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica	X
18.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A3 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica	X
19.	Impressão/ Exportação de Dados	Reimprimir Consultas de Viabilidade realizadas, requerimentos de atendimento, através de Código de Autenticação	X
20.	Impressão/ Exportação de Dados	Possibilidade do Contribuinte enviar (upload) arquivo(s) em formato PDF ou JPG ou equivalente, através de identificação por código único ou inscrição imobiliária.	X
21.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	X
22.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

23.	Tematização	Definição de cores para tematização por Valores únicos	
24.	Tematização	Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes	
25.	Tematização	Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes	
26.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	X
27.	Navegação	Aproximar (Zoom in)	X
28.	Navegação	Afastar (Zoom out)	X
29.	Navegação	Arrasto (Pan)	X
30.	Navegação	Visão Geral (Zoom extensão)	
31.	Navegação	Visão anterior	
32.	Navegação	Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	
FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS PARA O SISTEMA DE COLETA DE DADOS			
ITEM	DESCRIÇÃO		OBRIGATÓRIA
1.	Ser compatível com equipamento tipo Smartphone ou Tablet		X
2.	Ser compatível com sistema IOS e/ou Android 4.0 ou superior.		X
3.	Possibilidade de selecionar um ou mais Lotes, ou uma ou mais Quadras para exportação ou liberação ao Sistema Móvel de Fiscalização, através do Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG)		X
4.	Acessar através do Sistema de Coleta, a Câmera Fotográfica do equipamento para captura das imagens		X
5.	Permitir o controle de usuários com senha		X
6.	Operar no método Offline First, possibilitando a coleta de dados em locais sem acesso a internet ou com instabilidade de rede.		X
7.	Ter seus itens de coleta configuráveis através do Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG)		X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

8.	Apresentar número de licenças ilimitadas, para uso exclusivo da Prefeitura Municipal	X
9.	Aplicativo de Gestão em desktop com funções específicas para coleta de dados em massa, com suporte para toda gestão operacional dos processos, que inclui: Cadastro do equipamento de campo, Cadastradores com usuário e senha, Controle de produção, Relatórios de duração dos cadastros, Relatório de comparativos de áreas (existente e atual), Status das Quadras, e, permitir a emissão de relatórios customizados pelo usuário.	X
10.	A coleta de dados em campo deverá ser realizada com a utilização de smartphones ou tablets, que deverão ter funcionalidades específicas para atualização dos dados alfanuméricos e gráficos, incluindo o desenho do croqui do imóvel com ferramentas de medição, procedimentos de medição em triangulação (para medidas que não estejam a 90º) que deverá ser elaborado eletronicamente, com software específico para desenho do croqui da edificação com a sua amarração dentro do lote e demais edificações no caso de existir mais de uma unidade imobiliária no terreno.	X
11.	Deverá possuir um sistema de gestão que permita o gerenciamento da carga e descarga dos dados, controle de qualidade e consultas permitindo a gestão dos dados alfanuméricos e gráficos com as mesmas funcionalidades do coletor de dados para revisão e análise dos dados levantados em campo, além disto o sistema deverá possuir ferramentas de emissão de relatórios diversos, contendo no mínimo, mais não se limitando aos relatórios abaixo: <ul style="list-style-type: none">- Produção por cadastrador;- Produção por período;- Justificativas agendadas;- Relatório Analítico da Situação Cadastral;- Diferenças de Áreas com parametrização do percentual de análise	X
12.	Deverá estar customizado para o Município e com interface ao usuário totalmente em português.	X
13.	Acesso a aplicação através de usuários e senhas previamente cadastrados para acesso ao software instalado nos equipamentos de coletas de dados.	X
14.	Possuir mecanismo de comunicação através do envio de mensagens para Cadastrador e/ou Quadra, possibilitando uma resposta do cadastrador ao assunto tratado.	X
15.	Permitir a coleta e armazenamento dos dados com as suas referências geográficas, baseadas em mapas alojados nos equipamentos de coletas, integrando informações cadastrais, cartográficas e fotos.	X
16.	Permitir a edição dos dados cadastrais dos imóveis com críticas e consistências em tempo real, bem como diversas consistências cruzadas visando assegurar o correto preenchimento dos dados em campo.	X



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

17.	Posicionar geograficamente as edificações nos terrenos urbanos diretamente nas frações dos mapas instalados nas memórias dos equipamentos de coleta de dados, com procedimento de medição das edificações. O procedimento de medição deverá prever as mais diversas formas de construção, como: <ul style="list-style-type: none">- Desenhar linhas retas com medidas verificadas em campo;- Desenhar linhas em 90º da última desenhada;- Desenhar linhas com ferramentas de triangulação para paredes que não estejam em 90º;- Desenhar curvas e círculos a partir das medidas informadas.	X
18.	Possibilitar o desenho dos croquis que representam as projeções dos lotes e das edificações, registrando suas dimensões e áreas construídas diretamente nas frações dos mapas instalados nas memórias dos equipamentos de coletas, bem como, ferramentas para desconto de beiras em desenhos pré-existentes, estes descontos deverão ser com a precisão a partir das medidas dos beirais informados.	X
19.	Possibilitar o desenho dos croquis e os descontos com medidas, quando necessário, das áreas dos polígonos internos que representam as áreas vazadas das edificações.	X
20.	Mostrar as quadras e gerar mapas temáticos por Status das Quadras e Status do Lotes, facilitando o controle visual dos levantamentos de campo.	X
21.	Possibilitar a exportação de dados em vários formatos, especialmente em formato TXT, para entrega dos dados à Prefeitura direto da aplicação.	X
22.	Possibilitar a exportação dos croquis desenhados para o formato PDF, contendo inscrição cadastral, desenho do imóvel e suas dimensões.	X
23.	Visando a segurança dos dados coletados, o aplicativo deverá possuir função específica de backup dos dados.	

4.7 DA CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO PARA INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS EXISTENTES

4.7.1 Para manter a integridade e consistência dos dados, qualquer ação de entrada ou modificação nos dados cadastrais dos Imóveis, Logradouros, Bairros, Distritos, Setores, Quadras, a critério da Administração Municipal, poderão ser realizados diretamente no Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo;

4.7.2 As informações do Contribuinte, transferência de imóveis (ITBI), dados do lançamento de IPTU (valor lançado, valor pago ou parcelado, data dos pagamentos), bem como informações acerca da dívida ativa, serão disponibilizados pelo Sistema de Gestão Tributária para consumo nos Sistemas previstos neste Edital.

4.7.3 A Contratada deverá fornecer o modelo de integração a ser adotado, onde em conjunto com técnicos da Prefeitura, possa solucionar possíveis ajustes e correções necessárias para integração dos mesmos;

4.7.4 A integração deverá ser realizada preferencialmente via webservice;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

4.7.5 Em hipótese alguma poderá haver dados em divergência entre as bases de dados do Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo e o Sistema de Gestão Tributária utilizado pela Prefeitura Municipal;

4.7.6 A contratada deverá fornecer o modelo de integração preferencialmente via webservice com o sistema próprio da Prefeitura Municipal de Vitória, chamado de "Rede Bem Estar" conforme necessidade do município.

4.8 DA ELABORAÇÃO DE NOVA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS (PVG)

4.8.1 Os serviços de elaboração da Planta de Valores Genéricos (PVG) e revisão dos critérios de cálculos do Valor Venal dos terrenos, abrangerá um universo estimado em 200.000 (duzentas mil) unidades imobiliárias, seguindo as seguintes especificações conforme disposto.

4.8.2 Metodologia de Organização

I. Deverá ser basear nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e nas recomendações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE.

4.8.3 Método Avaliatório

I. O método avaliatório exigido para este trabalho é o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado – NB - 14653-2, ou seja, aquele que define o valor através da comparação de dados de mercado assemelhados quanto às características intrínsecas e extrínsecas do imóvel.

II. É condição fundamental para aplicação deste método a existência de um conjunto de dados que possa ser tomado, estatisticamente, como amostra do Mercado Imobiliário.

III. Para cumprimento desta condição, a empresa deverá obter esse conjunto de dados contando com total cooperação da Administração Municipal e, através de solicitações oficiais do Município, obter as informações necessárias com integrantes da sociedade que possuam tais informações.

4.8.4 Nível de Rigor de Precisão

I. Será adotado o nível de rigor referido à “Avaliação Normal” - NB-14653-2, que admite o tratamento definido como homogeneização nos casos de avaliações coletivas ou avaliações em massa, como é o caso da avaliação de imóveis urbanos para fins tributários.

II. Neste caso, os valores pesquisados deverão ser tratados e homogeneizados observando os seguintes fatores:

a) Elasticidade de oferta: Os elementos coletados a partir de anúncios, ofertas e outras fontes de informações podem não refletir com absoluta exatidão o valor de mercado, pois admitem uma elasticidade de negociação.

b) Fator Profundidade: influência da profundidade será considerada a partir da Profundidade Equivalente (divisão da área do terreno por sua frente efetiva) do terreno.

c) Fator Testada: A influência da testada será considerada a partir da Frente Efetiva, a ser definida na elaboração do detalhamento metodológico.

d) Fator Situação: é a posição do terreno dentro da quadra, ou poderá ser considerado o fator de múltiplas frentes.

e) Fator Topografia: é a regularidade topográfica do terreno, onde poderá ser aclave, declive ou irregular, sofrendo depreciação.

f) Fator Equipamentos Urbanos: presença ou ausência de equipamentos urbanos nos trechos dos logradouros.

g) Fator Pedologia: que determina a situação da superfície do solo, por estarem sujeitas a inundações periódicas ou permanentes.

h) Fator Acesso: é calculada em função da distância do terreno até o local mais próximo que passa o transporte coletivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

i) Fator Gleba: para cálculo de terrenos com área superior a 5.000 m² além da correção do valor básico do metro quadrado do terreno.

j) Fator Forma: define a figura geométrica do terreno

4.8.5 Pesquisa de Valores Imobiliários

I. Deverá ser organizada uma pesquisa de valores imobiliários junto às diversas fontes de informações, com a finalidade de se obter através de tratamento estatístico, valores unitários básicos de metro quadrado de terreno por face de quadra ou trechos de logradouros considerando a especificação dos critérios de homogeneização conforme disposto no item anterior.

II. A pesquisa deverá considerar, preferencialmente, os elementos de uma mesma região geoeconômica, de um mesmo zoneamento e de um mesmo setor fiscal, evitando-se coletar dados com mais de 12 (doze) meses anteriores à data da avaliação. Essa definição se dará após avaliação dos dados de divisão de zoneamento disponibilizado pela prefeitura, a fim de subsidiar os trabalhos.

III. A amostra deverá ser representativa dentro do universo de imóveis que constitui uma região geoeconômica.

I. O preço homogeneizado deverá ser utilizado métodos estatísticos de eliminação das discrepâncias para saneamento da amostra.

4.8.6 Simulação da Carga Tributária

I. A contratada deverá desenvolver e apresentar um aplicativo que permita a visualização de qualquer imóvel objeto deste certame, demonstrando os valores venais, valor de m² utilizado para cálculo e valor lançado de IPTU, todos do ano corrente anterior a aplicação da nova PVG, bem como as mesmas informações se aplicada a nova PVG.

II. Qualquer imóvel poderá ser consultado, localizando o mesmo por inscrição imobiliária ou endereço ou nome do Contribuinte.

III. O Aplicativo também deverá disponibilizar as informações do item 4.8.6.1, num somatório de valores Bairro a Bairro, e total do Município.

4.9 TREINAMENTO

4.9.1 O treinamento e a capacitação institucional deverão ser conduzidos no nível gerencial e operacional, conforme indicado a seguir:

I. **Geoprocessamento na Gestão Municipal:** palestra com duração de 4 horas, visando conscientizar a alta direção municipal, do potencial e limitações da tecnologia, dirigido ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Assessores;

II. **Geoprocessamento Conceitos Básicos e Utilização:** dirigido aos funcionários da administração que deverão ser beneficiados pela tecnologia, podendo utilizar as informações disponibilizadas no dia-a-dia, com duração de 8 (oito) horas;

III. **Geoprocessamento e Manutenção da Base de Dados Geográficos:** com duração de 80 (oitenta) horas, dirigido aos técnicos responsáveis pela operação e manutenção da base de dados do Sistema;

IV. **Manutenção do Físico Territorial:** Destinado à equipe de fiscais da Prefeitura nas operações de coleta eletrônica de dados em campo com utilização Sistema de Coleta de dados e tratamento das informações coletadas, com duração de 20 (vinte) horas.

4.9.2 A CONTRATADA fica responsável pelos custos relacionados ao treinamento, nos seguintes aspectos:

I. Encargos sociais e trabalhistas dos profissionais que irão ministrar os treinamentos;

II. Impressão de manuais, apostilas, informativos, etc., destinados aos alunos;

III. Elaboração do ambiente tecnológico de treinamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

4.9.3 Ao final da capacitação, deve ser emitido certificado de participação no treinamento a todos os servidores municipais que cumprirem pelo menos 90% da carga horária do curso;

4.9.4 Todo o material utilizado no treinamento, também deve ser disponibilizado aos participantes em meio digital, em formatos usuais, como PDF (Formato de Documento Portátil), DOCX (Microsoft Word) ou similares;

4.9.5 O local de treinamento será disponibilizado pela Prefeitura Municipal, que dependendo da quantidade de alunos, o treinamento pode mudar de local, à escolha da Prefeitura;

I. A Prefeitura Municipal se reserva ao direito de escolher o melhor local para a realização do treinamento, tendo em vista a necessidade tecnológica e organizacional para ocorrer as aulas;

II. Independente do local específico (rua, número, bairro), os treinamentos irão ocorrer no **Município de Vitória/ES**;

4.10 DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS DOS SISTEMAS IMPLANTADOS

4.10.1 A Contratada deverá fornecer suporte técnico operacional, manutenção e atualização do Sistema aos técnicos da Prefeitura Municipal, por um período de 12 (doze) meses após a entrega final dos produtos, através de consultas e informações via internet e telefone, bem como alocar um profissional residente (técnico em edificações ou técnico em agrimensura ou equivalente), para cumprir uma carga horária equivalente ao horário de expediente da Prefeitura, de segunda a sexta.

4.10.2 Suporte Técnico, Manutenção e atualizações tecnológicas previstas sem custo adicional para a Contratante, durante o período de suporte:

I. Manutenções preventivas e corretivas do Sistema fornecendo reparo de defeitos identificados em componentes de software, e fornecimento de versões atualizadas do sistema de administração Pública;

II. Orientações sobre uso, configuração e instalação dos softwares ofertados;

III. Interpretações da documentação dos softwares fornecidos;

IV. Orientações para identificar a causa de falha ou defeito de softwares e a solução deste;

V. Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões dos softwares instalados;

4.10.3 Manutenções e Suporte Técnico com custos adicionais para a Contratante durante o período de suporte:

I. Desenvolvimento adicionais, que consistem nas adequações do software para atendimento de melhorias que venham a ser solicitados pela Administração Pública (inclusão de novas funções, relatórios ou consultas), contemplando funcionalidades não exigidas nos requisitos técnicos deste termo de referência;

II. Serviços de conversão e recuperação de dados;

III. Migração da solução contratada em caso de expansão ou troca de equipamentos no CPD da Prefeitura Municipal;

IV. Serviços de suporte técnico Presencial, quando o técnico residente não solucionar o problema.

V. Apoio na recuperação de ambientes em caso de pane ou perda de dados.

4.10.4 A equipe interna de TI deverá ter acesso e acompanhar todos os procedimentos de instalação, implantação, configurações, integração e manutenção do Sistema.

4.10.5 O Sistema deve possuir rotinas de distribuição automática de novas versões, sempre que houver alterações, sem ônus à Prefeitura Municipal, durante a vigência do contrato.

4.10.6 As versões do Sistema distribuídas e instaladas não poderão causar erros em outros módulos ou dados armazenados por versões anteriores do referido sistema, após o processo de instalação e migração dos dados por completo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

4.10.7 No desenvolvimento incremental do Sistema, serão definidas de acordo com as necessidades exclusivas da Contratante, tendo apoio técnico da Contratada para definição dos procedimentos, carga horária necessária para a tarefa e demais insumos pertinentes ao desenvolvimento dos mesmos.

5 DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES EM CADA ETAPA

5.1 DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA

5.1.1 Plano Geral de Execução do Projeto

- I. 1 (uma) cópia, em formato digital, do Plano de trabalho;
- II. 1 (uma) cópia, em formato digital, do plano de voo;
- III. 1 (uma) cópia, em formato digital, do certificado calibração da câmera;
- IV. 1 (uma) cópia, em formato digital, da autorização de aerolevantamento expedida pelo Ministério da Defesa.

5.1.2 Levantamento Aerofotogramétrico e Perfilamento a Laser

- I. 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, das fotografias aéreas digitais na escala 1:5.000, referentes aos levantamentos aerofotogramétricos;
- II. 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, foto índices digital na escala 1:20.000.
- III. 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, da nuvem de pontos do Perfilamento a Laser, em formato 'LAS' e 'ASCII';
- IV. 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, dos arquivos digitais do Modelo Digital de Terreno (MDT) e Modelo Digital de Superfície (MDS);
- V. 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, dos arquivos digitais das curvas de nível equidistantes a cada 50 cm, editadas cartograficamente.

5.1.3 Apoio Terrestre

- 5.1.3.1 1 (uma) listagem de coordenadas e monografias.

5.1.4 Aerotriangulação

- I. 1 (um) Relatório relativo à fase de aerotriangulação.

5.1.5 Da restituição estereofotogramétrica, reambulação e edição

- I. Uma coleção gravada em DVD-ROM dos arquivos digitais, correspondentes às folhas da planta da área urbana do município, na escala 1:1.000, no formato DWG, e também no formato Geodatabase, Geopackage ou Shapefile.;

5.2 DA GERAÇÃO DAS ORTOFOTOS DIGITAIS NA ESCALAS 1: 1.000 (GSD 10 CM)

- I. 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, dos arquivos digitais das ortofotos coloridas, com GSD de 10cm em formato TIFF para a imagem e TFW para o georreferenciamento.

5.3 DO LEVANTAMENTO CADASTRAL IMOBILIÁRIO

- 5.3.1 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, da Base de dados do Cadastro Imobiliário atualizado em formato XLS ou compatível, bem como no formato SGBD Microsoft SQL Server (versão 2012 ou superior) com o dicionário de dados do Banco;

- 5.3.2 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, das imagens digitais frontais das unidades imobiliárias em formato JPG, contendo como nome do arquivo sua inscrição imobiliária completa e única.

- 5.3.3 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, dos arquivos digitais em formato PDF contendo as Notificações;

- 5.3.4 Banco de Dados do Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) atualizado com os dados gerados na etapa, em formato Geodatabase, Geopackage ou PostgreSQL/PostGIS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

5.4 DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DE LOGRADOUROS

5.4.1 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, da Base de dados do Cadastro de Logradouros atualizado em formato XLS ou compatível, bem como no formato SGBD Microsoft SQL Server (versão 2012 ou superior) com o dicionário de dados do Banco;

5.4.2 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, das imagens digitais das Seções de Logradouros em formato JPG, contendo como nome do arquivo sua codificação completa e única.

5.4.3 Banco de Dados do Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) atualizado com os dados gerados na etapa em formato Geodatabase, Geopackage ou PostgreSQL/PostGIS.

5.5 DA CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DE DADOS MULTIFINALITÁRIOS, PARA FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM

5.5.1 Base de Dados do Plano Diretor convertida e integrada ao Banco de Dados Espacial;

5.5.2 Base de Dados Socioeconômica integrada ao Banco de Dados Espacial;

5.6 DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO

5.6.1 Sistema Gerenciador de Banco de Dados licenciado, configurado e implantado;

5.6.2 Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) Corporativo, licenciado e implantado;

5.7 DA CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO PARA INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS EXISTENTES

5.7.1 Aplicativo ou Webservice de integração entre os Sistemas implantado e operacional;

5.8 DA ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS (PVG)

5.8.1 Uma coleção das folhas da área urbana do município e áreas contíguas em processo de expansão urbana, impressa em escala 1:1.000, em cores, contendo a representação da PVG;

5.8.2 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, dos arquivos digitais, correspondentes às folhas da planta da área urbana do município e áreas contíguas em processo de expansão urbana, na escala 1:1.000, no formato DWG, contendo a representação da PVG;

5.8.3 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, dos relatórios de procedimentos e amostragens;

5.8.4 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, da listagem dos imóveis avaliados, incluindo imagem frontal e outras características utilizadas na avaliação;

5.8.5 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, da listagem de todos os imóveis objeto deste Termo de Referência, com seu respectivo valor atualizado oriundo da nova Planta de Valores Genéricos (PVG).

5.9 DO TREINAMENTO

5.9.1 Treinamento da equipe de servidores municipais;

5.9.2 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, do relatório contendo a identificação de cada membro da equipe que trabalhará no desenvolvimento das atividades, bem como as respectivas funções;

5.9.3 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, dos manuais de procedimentos e material de apoio para sua futura utilização.

5.9.4 Certificados de conclusão para os técnicos treinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

5.10 DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS DOS SISTEMAS IMPLANTADOS

5.10.1 1 (uma) cópia gravada, em mídia compatível, do relatório dos serviços realizados, indicando a carga horária das atividades desenvolvidas e atendimentos realizados;

6. DA VISITA TÉCNICA

6.1. Recomenda-se às empresas interessadas em participar da presente licitação que seja realizada Visita Técnica nos locais em que os serviços serão executados, a fim de conhecer e se aprofundar nos aspectos técnicos que compreendem o ambiente tecnológico da Prefeitura e, assim, tomar conhecimento das condições e locais para o cumprimento das obrigações, em conformidade com o objeto descrito neste edital. Será entregue um Termo de Visita Técnica que deverá estar obrigatoriamente junto à documentação de qualificação técnica da proponente. A visita deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil anterior a data fixada para abertura da sessão pública.

6.2. A realização da Visita Técnica não será fator para desclassificação da empresa licitante. Porém, não serão aceitas alegações posteriores quanto a desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos, atrasos na realização dos serviços ou paralisações, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes destes fatos;

6.3. O licitante que pretender realizar a Visita Técnica deverá agendar um horário junto à SEMFA/SUB-REC, **Sra. Lúcia Regina Senna Miranda Tourino, pelo telefone (27) 3382-6327** e **Sra. Samantha Correia Maciel, pelo telefone (27) 3382-6305** e SEMFA/SUB-TI, **Sr. Glauber da Pachoa Teixeira, pelo telefone (27) 3382-6340** de segunda a sexta-feira, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes.

6.4. As empresas que não realizarem a visita técnica deverão apresentar DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS conforme modelo ANEXO, declarando pleno conhecimento do objeto a ser licitado e se responsabilizando pela futura prestação dos serviços, não podendo alegar o desconhecimento e nenhum grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da Licitação.

6.5. As empresas que realizarem a visita técnica deverão apresentar ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, conforme modelo ANEXO, devidamente assinado pelo representante da empresa e da Administração

7. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O prazo para início da execução dos serviços (operacionalização do contrato), será de 5 (cinco) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço e procederá conforme segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UN.	QTD.	PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)											
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA														
1.1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas na escala 1:5.000 e Perfilamento a Laser aerotransportado da área urbana	Km²	97												
1.2	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana, na escala 1:1.000 (GSD de 10 cm)	Km²	97												
1.3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital, na escala 1:1.000	Km²	97												



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

1.4	Perfilamento a Laser aerotransportado para geração de curvas de nível	Km ²	97												
2	DO LEVANTAMENTO CADASTRAL IMOBILIÁRIO														
2.1	Levantamento in loco para medição das unidades imobiliárias do perímetro urbano	Un. Imobiliária	200.000												
2.2	Levantamento in loco para coleta dos atributos cadastrais e imagem digital das unidades imobiliárias do perímetro urbano	Un. Imobiliária	200.000												
2.3	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias	Un. Imobiliária	200.000												
3	DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DE LOGRADOUROS														



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

3.1	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Un	5.000												
4	CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DE DADOS MULTIFINALITÁRIOS, PARA FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM														
4.1	Conversão e adequação de dados Multifinalitários.	Hora	300												
5	DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO														
5.1	Fornecimento e Implantação de Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo	Software Corporativo	1												
6	DA CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO PARA INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS														
6.1	Customização do Sistema para integração com o Sistema de Gestão Tributária existente na Prefeitura	Hora	250												
7	DA ELABORAÇÃO DA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS (PVG)														



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

7.1	Elaboração da Planta de Valores Genéricos (PVG)	Hora	2.500												
8	TREINAMENTO														
8.1	Módulo A - Treinamento em Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo; Módulo B - Treinamento em Coleta de dados; Módulo C - Treinamento na atualização do Cadastro Imobiliário, Mobiliário e Logradouros.	Pessoa	50												
9	SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS														
9.1	Suporte técnico operacional, manutenção e atualizações dos Sistemas implantados	Mês	12	Após entrega final dos produtos											



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA OU DE PLENO CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Em conformidade com o Inciso III do Art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, **ATESTAMOS** para fins de cumprimento do Edital de Pregão nº 020/2020 que a empresa _____ realizou na data de ____/____/____ **VISITA TÉCNICA**, tendo pleno conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Vitória (ES), ____ de ____ de 202X.

Assinatura Responsável pelas informações

Assinatura do Representante da Empresa

SEMFA

LICITANTE

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE

A (empresa/licitante), localizada no endereço _____ nº _____, Bairro _____, (cidade) _____, (Estado) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, não tendo realizado a VISITA TÉCNICA facultada pelo Edital de PREGÃO Nº XXX/201X, DECLARA ter pleno conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e total condição de elaborar sua proposta e executar os serviços sem a realização da Visita Técnica, e que se responsabiliza integralmente por quaisquer eventualidades ocasionadas por sua não realização.

Local, ____ de ____ de 202X.

Assinatura Responsável

LICITANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO (DO EDITAL) - DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO

DADOS DO ASSINANTE		
NOME:		
RG:	ÓRGÃO EXPEDITOR:	CPF:
NACIONALIDADE:		ESTADO CIVIL:
CARGO:		
PROFISSÃO:		
ENDEREÇO COMPLETO:		
DADOS PESSOA JURÍDICA – LICITANTE		
NOME EMPRESARIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO COMPLETO:		
TELEFONE:	FAX:	E-MAIL
DADOS BANCÁRIOS PESSOA JURÍDICA – LICITANTE		
NOME DO BANCO:		
Nº DO BANCO:	Nº AGÊNCIA:	Nº CONTA:
TELEFONE:		FAX:
Vitória (ES), ____ de ____ de 202X.		
<div style="text-align: center;">_____ Assinatura e carimbo</div>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO VI (DO EDITAL) - MINUTA DOS TERMOS DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de Prestação de Serviços nº XXX/XXXX

Processo Administrativo nº XXXXXXX/2020

Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX

Contrato de Prestação de Serviços que celebram entre si o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA** e a empresa XXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da XXXXXXXXX, órgão de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXX, com sede à Av. XXXXXXXXXXXXXXXX, nesta Capital, representada legalmente pelo **SECRETÁRIO DE XXXXXXXXXXXXXXXX**, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, adiante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXX, estabelecida à Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo por seu representante legal, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, nos termos das Leis 8.666/93 e suas alterações e do **Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX**, oriundo do **Processo Administrativo nº XXXXXXX/2018**, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAF MÉTRICO DIGITAL NA ESCALA 1:5.000 E SEU PROCESSAMENTO, PERFILAMENTO A LASER PARA GERAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL, A FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM/GEO, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO, O RECADASTRAMENTO FÍSICO TERRITORIAL ABRANGENDO TODOS OS IMÓVEIS, LOGRADOUROS E SEGMENTOS DE FACE DE QUADRA LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO, A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS IMPLANTADOS**, conforme descrição, quantidade e preços relacionados no Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II, "a" da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR GLOBAL

3.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, dividido conforme Planilha de Preços abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNIDADE	QTD.
1	DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA		
1.1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas na escala 1:5.000 e Perfilamento a Laser aerotransportado da área urbana	Km ²	97
1.2	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana, na escala 1:1.000 (GSD de 10 cm)	Km ²	97
1.3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital, na escala 1:1.000	Km ²	97
1.4	Perfilamento a Laser aerotransportado para geração de curvas de nível	Km ²	97
2	DO LEVANTAMENTO CADASTRAL IMOBILIÁRIO		
2.1	Levantamento in loco para medição das unidades imobiliárias do perímetro urbano	Unidade Imobiliária	200.000
2.2	Levantamento in loco para coleta dos atributos cadastrais e imagem digital das unidades imobiliárias do perímetro urbano	Unidade Imobiliária	200.000
2.3	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias	Unidade Imobiliária	200.000
3	DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DE LOGRADOUROS		
3.1	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Unidade	5.000
4	CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DE DADOS MULTIFINALITÁRIOS, PARA FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM		
4.1	Conversão e adequação de dados Multifinalitários.	Hora	300
5	DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO		
5.1	Fornecimento e Implantação de Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo	Software	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

6	DA CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO PARA INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS EXISTENTES		
6.1	Customização do Sistema para integração para integração com o Sistema de Gestão Tributária existente na Prefeitura	Hora	250
7	DA ELABORAÇÃO DA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS (PVG)		
7.1	Elaboração da Planta de Valores Genéricos (PVG)	Hora	2.500
8	DO TREINAMENTO		
8.1	Módulo A - Treinamento em Sistema de Gestão da Base de Dados Geográficos (SGBDG) corporativo; Módulo B - Treinamento em Coleta de dados; Módulo C - Treinamento na atualização do Cadastro Imobiliário, Mobiliário e Logradouros.	Pessoa	50
9	DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS		
9.1	Suporte técnico operacional, manutenção e atualizações dos Sistemas implantados	Mês	12
VALOR TOTAL DO CONTRATO (R\$)			

3.2. No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transportes, taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados à prestação dos serviços, bem como garantia, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura, o qual terá duração até 24 (vinte e quatro), sendo 12 (doze) meses para execução e entrega dos produtos, acrescido de 12 (doze) meses de suporte técnico operacional, manutenção e atualização dos Sistemas implantados, podendo a critério da administração ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, devidamente autorizada formalmente pela Autoridade Competente, observado o disposto no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- d) A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

4.2. O prazo para início da execução se iniciará a partir do recebimento da Ordem de Serviço e Autorização de Fornecimento

4.3. A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

4.4. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR será convocado pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas deste edital.

4.5. A Administração poderá prorrogar o prazo para assinatura do contrato, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

4.6. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ela não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas para contratação dos serviços decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: XXXXXX - Elemento de Despesa: XXXXXXXX - Fonte do Recurso: XXXXX.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O início da execução do serviço deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviços (OS).

Os serviços serão executados conforme especificações descritas no Anexo I deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão da contratação será exercida pelos servidores Lucia Regina Senna Miranda Tourino, Gerente de Cadastro Municipal (SEMFA/SUB-REC) - telefone (27) 3382-6327, Glauber da Pachoa Teixeira, Gerente de Geoprocessamento (SEMFA/SUB-TI) - telefone (27) 3382-6340, e Samantha Correia Maciel, Gerente de Administração Tributária (SEMFA/SUB-REC) - telefone (27) 3382-6305 ou por outro servidor designado pelo Secretário da Pasta, nos termos do Art. 67, da Lei n.º 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

7.2. A fiscalização será realizada pelos mesmos servidores descritos no item acima ou por outro servidor designado pelo Secretário da Pasta, nos termos do Art. 67, da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar a execução dos serviços.

7.3. O responsável pela fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste Edital.

7.4. O gestor que deverá acompanhar a execução dos serviços e zelar pelo total cumprimento das obrigações deste contrato.

O fiscal será responsável pela fiscalização e atestação dos serviços executados deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS

8.1. A Contratada obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste CONTRATO, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, nos termos do art. 65, § 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

8.2. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pela Coordenação de Contratos, da Gerência da Central de Licitações e Contratos, da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, do Município de Vitória.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. Os preços serão fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data da apresentação da proposta, de acordo com o § 1º do Art. 3º da Lei 10.192/2001, com base no índice IPCA-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

9.2. Fica garantido o equilíbrio econômico-financeiro na forma do Art. 65, Inciso II, Alínea "d", da Lei 8.666/93.

9.3. Os efeitos financeiros do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato serão considerados a partir da data de recebimento da solicitação da Contratada pela Contratante

9.4. Deverão ser observadas as disposições contidas na Portaria Conjunta PGM/CGM nº 05/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

10.1. A garantia de execução dos serviços contratados tem por objetivo assegurar à CONTRATANTE o fiel cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações diretas ou indiretamente assumidas no contrato a ela adjudicado.

10.2. Em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a proponente vencedora fica obrigada a apresentar garantia equivalente a 1% sobre o valor global do instrumento contratual, conforme Art. 56 da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

10.3. O valor da garantia e o seu prazo de validade deverá ser atualizado nas mesmas condições de atualização do contrato firmado, até a expedição do Termo de Execução Definitiva dos Serviços.

10.4. A garantia de execução do contrato será restituída mediante requerimento da CONTRATADA, após a expedição do Termo de Execução Definitiva dos Serviços.

10.5. Em se tratando de fiança bancária, títulos da dívida pública ou seguro-garantia, o documento pertinente deverá ser apresentado a Coordenação de Contratos – SEGES/GLC/CC, localizada no Palácio Municipal, à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1927, bloco B, 2º piso, Bento Ferreira - Vitória – ES, que se encarregará de confirmar a autenticidade do documento.

10.6. O título da dívida pública a ser ofertado tem que ser um título atual, em circulação normal no mercado, e com possibilidade de resgate imediato.

10.7. Quando se tratar de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida pela licitante vencedora através do DUA - Documento Único de Arrecadação no Código dos Tributos - Outras Receitas Correntes nº 4610.

10.8. O depósito da caução em dinheiro, deverá ser efetuado na conta(s) específica(s) do(s) órgão(s) requisitante(s), conforme descrito abaixo:

CREDOR: Município de Vitória – SEMFA

UG: 218

CNPJ: 27.142.058/0007-11

BANCO: BANESTES

AGÊNCIA: 236

Nº CONTA: 28.053.221

10.9. Na hipótese da garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida e conter expressa renúncia aos benefícios referidos no Código Civil e no Código Comercial.

10.10. Havendo prorrogação do prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a CONTRATADA reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Termo de Referência e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, restando a CONTRATANTE dos créditos da contratada, enquanto não efetivar tal garantia, o valor a ela correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO E SUSTAÇÃO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, em parcelas mensais por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do Contratante,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente da comprovação da prestação dos serviços.

11.2. A atestação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

11.3. A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEM DE SERVIÇO.

11.4. Na emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, o fornecedor deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Ordem de Serviço; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

11.5. Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

11.6. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

I. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o requisitante;

II. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;

III. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

11.7. Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em originais ou devidamente autenticados:

I. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

II. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

IV. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

V. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

VI. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>);



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

VII. Última guia de recolhimento exigível do FGTS, INSS, PIS e COFINS.

11.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

11.9. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

O requisitante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. DA CONTRATADA

12.1.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto licitado, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

12.1.2 Manter, durante toda a execução dos serviços descritos neste edital, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente;

12.1.3 O cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária a exemplo: pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, a quem caberá arcar com eventuais penalidades ou multas;

12.1.4 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais estabelecidos decorrentes do contrato, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento;

12.1.5 Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar a fiscalização dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;

12.1.6 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por eventuais prejuízos ou danos causados às redes das concessionárias de serviços públicos, aos bens públicos ou de terceiros, acidentes pessoais com funcionários ou com o envolvimento de terceiros, correndo às suas expensas, eventuais indenizações ou reparações;

12.1.7 Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

12.1.8 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do objeto licitado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

12.1.9 Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao município ou a terceiros, bem como responder por eventuais prejuízos ou danos causados às redes das concessionárias de serviços públicos, aos bens públicos ou de terceiros, os acidentes pessoais com funcionários ou com o envolvimento de terceiros, correndo às suas expensas, eventuais indenizações ou reparações, decorrentes de sua culpa ou dolo;

12.1.10 A eventual aceitação dos serviços por parte da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstâncias em que as despesas oriundas de correções, consertos ou modificações correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA;

12.1.11 Designar por escrito, no ato da assinatura do contrato, prepostos que tenham poderes para a resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato objeto do presente termo;

12.1.12 Cuidar para a rápida e eficiente execução das tarefas e serviços determinados;

12.1.13 Adotar as providências necessárias à segurança de terceiros e seus bens no exercício de suas atividades;

a) Realizar atendimentos in loco quando solicitado, a fim de acompanhar os trabalhos a serem desenvolvidos, além de trazer sempre sugestões de melhorias, resultados com a implantação do sistema.

b) Cumprir o cronograma proposto conforme as etapas relacionadas no objeto especificado e acompanhar os testes de pleno funcionamento com os técnicos da contratante.

c) A contratada deverá comunicar imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.

d) Solicitar junto à contratante, por escrito, a prorrogação do prazo determinado para cada etapa prevista, caso ocorram atrasos causados por motivos atribuíveis à contratante.

e) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas, desempenhem todas as funções e especificações previstas na proposta técnica.

f) Manter a regularidade e a integridade do sistema e gerenciador de banco de dados.

g) Tornar disponível para a CONTRATANTE, versões evoluídas mediante aperfeiçoamentos das funções existentes, implementações de novas funções e adequações às novas tecnologias buscando o aperfeiçoamento constante do produto, visando preservar o investimento da CONTRATANTE e a competitividade do serviço no mercado.

h) Tornar disponível à CONTRATANTE, atualizações de versão do sistema sempre que ocorrer necessidade de correções de defeito ou de adaptações legais que não impliquem em mudanças estruturais, arquivos ou banco de dados, desenvolvimento de novas funções ou novos relatórios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

- i)** Promover o treinamento e a capacitação dos funcionários e ou servidores da contratante, em local a ser definido pela mesma.
- j)** Atender às solicitações de esclarecimento de dúvidas e solução de problemas da contratante em até 24 (vinte e quatro) horas.
- k)** A contratada prestará todo e qualquer suporte à contratante, no sentido de solucionar pendências relativas à contratação/implantação do sistema informatizado.
- l)** Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços contratados, colocando à disposição da Administração, sempre que for solicitado, o encarregado geral, facultando o livre acesso aos registros e documentos pertinentes, sem que esta fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do CONTRATANTE;
- m)** Deverá manifestar, por escrito, seu compromisso de manutenção de sigilo, quanto a informações ou características técnicas de aplicações do material da administração da Contratante, a qual vier a obter acesso, em razão de sua atuação.
- n)** Manter sob absoluto sigilo, todas as informações que lhe forem transmitidas, pela Contratante, em razão da execução do objeto do presente contrato, protegendo-as contra a divulgação a terceiros, ou a seus prestadores de serviços, que no desenvolvimento de suas atividades tenham necessidade de conhecê-las, instruindo devidamente as pessoas responsáveis pelo tratamento de tais informações a protegê-las e manter a confidencialidade das mesmas.
- o)** A contratada obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e na sua proposta, e em especial:
- I - Cumprir os prazos estipulados e demais obrigações constantes deste Contrato;
 - II - Substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o sistema e ou módulos do sistema informatizado de gestão pública não aceito(s) pelo Contratante, por apresentar defeitos ou não atender às especificações exigidas;
 - III - Atender prontamente a quaisquer reclamações;
 - IV - Esclarecer dúvidas de caráter geral ou específico quanto à utilização do sistema informatizado de gestão pública, feitas em dias úteis e no horário comercial;
 - V - Executar os serviços, verificações técnicas e reparos por meio de profissional comprovadamente especializados, responsabilizando-se pela atuação;
- p)** A contratada arcará com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- q)** A contratada responsabilizar-se-á, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, pelos prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio do contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do objeto deste Contrato, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, não o cumprindo, legitimará o desconto do valor respectivo dos créditos a que porventura faça jus;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- r) A contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante;
- s) Fornecer aos funcionários e prepostos, previamente designados pela CONTRATANTE, treinamento adequado e necessário ao bom funcionamento e operação do sistema.
- t) Se durante o treinamento, for verificado o aproveitamento insatisfatório de qualquer dos funcionários ou prepostos da CONTRATANTE para o manuseio e operação dos sistemas, tal fato será comunicado a CONTRATANTE que deverá providenciar a substituição do funcionário/preposto, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da respectiva comunicação, sendo o novo treinamento executado mediante orçamento prévio a ser aprovado pela CONTRATANTE;
- u) Qualquer treinamento adicional, decorrente da eventual substituição pela CONTRATANTE de funcionário/preposto já treinado, poderá ser por esse solicitado, mediante prévio orçamento e em data a ser estabelecida pela CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE;
- v) Constatando-se que o aproveitamento insatisfatório dos funcionários ou prepostos da CONTRATANTE decorre de inaptidão do treinador designado pela CONTRATADA, esta deverá promover a sua substituição no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), reiniciando-se o treinamento com observância da carga horária mínima, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

12.2 DA CONTRATANTE

- 12.2.1.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a Licitante vencedora possa cumprir o objeto desta licitação;
- 12.2.2.** Prestar todas as informações solicitadas pela Licitante vencedora.
- 12.2.3.** Nomear Gestores e Fiscal para acompanhar a execução e a fiscalização do Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 12.2.4.** A existência e a atuação da fiscalização pela municipalidade em nada restringem a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.
- 12.2.5.** Notificar à CONTRATADA por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da prestação dos serviços. O representante da CONTRATANTE anotará, em registro próprio, todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observados. As decisões e providências que ultrapassarem o limite de competência da fiscalização, deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis;
- 12.2.6.** A despeito da responsabilidade cometida à Contratada, a Contratante se reserva, em nome do interesse público, ao direito de embargar/interditar os serviços em execução, observado os devidos cuidados com a segurança dos empregados ou de terceiros. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste termo.
- i. Acompanhar, orientar e fiscalizar, diretamente, os serviços prestados pela CONTRATADA, exigindo o fiel cumprimento dos serviços contratados, competindo-lhe adotar todas as providências neste sentido;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- ii. Supervisionar e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, com vistas à aferição da eficiência dos resultados das ações;
- iii. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme ajustado no presente Contrato;
- iv. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de quaisquer imperfeições ou irregularidades na execução dos serviços contratados, fixando prazo para sua correção;
- v. Designar um servidor responsável pela fiscalização deste contrato e fornecer o banco de dados dos sistemas a serem migrados;
- vi. A CONTRATANTE compromete-se a usar o sistema dentro das normas e condições estabelecidas neste Contrato e durante a vigência do mesmo;
- vii. Obriga-se a CONTRATANTE, a não entregar o sistema nem permitir seu uso por terceiros, resguardando, da mesma forma, manuais, instruções e outros materiais licenciados, mantendo-os no uso restrito de seus agentes e prepostos, sendo-lhe vedado copiar, alterar, ceder, sublicenciar, vender, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir, total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, onerosas ou gratuitas, provisórias ou permanentes, o Software objeto do presente contrato. De igual forma lhe é vedado modificar as características dos programas, módulos de programas ou rotinas do Software, ampliá-los, alterá-los de qualquer forma, sem a prévia, expressa, específica e autorizada anuência da CONTRATADA, sendo certo que quaisquer alterações, a qualquer tempo, por interesse da CONTRATANTE, que deve ser efetuada, só poderá ser operada pela CONTRATADA ou pessoa expressamente autorizada pela mesma;
- viii. A CONTRATANTE obriga-se a disponibilizar equipamento/plataforma de hardware de origem idônea que possibilite a instalação/manutenção de forma remota da ferramenta de controle objetos do presente contrato, bem como mantê-los atualizados, de forma a possibilitar a instalação de novas versões dos Softwares lançadas;
- ix. Produzir cópias diárias (backup) dos dados da ferramenta de controle objeto deste contrato, para evitar transtornos como perdas de dados ocasionadas por falta de energia, problemas de hardware, operação indevida ou não autorizada, invasão de softwares externos (tais como o vírus). A CONTRATADA não se responsabiliza pelo conteúdo das informações contidas no(s) banco(s) de dados do software, sendo este de inteira responsabilidade da CONTRATANTE;
- x. Somente é permitido à CONTRATANTE a reprodução de CÓPIA DE RESERVA (“backup”), para a finalidade e condições estabelecidas na alínea “i” desta Cláusula, considerando-se qualquer outra cópia da ferramenta de controle objeto deste contrato, além daquela, como cópia não autorizada e, sua mera existência, caracterizar-se-á como violação aos direitos de propriedade da CONTRATADA, sujeitando a CONTRATANTE, e o funcionário/preposto responsável pela cópia indevida, às penalidades previstas no presente Contrato e legislação em vigor;
- xi. Disponibilizar um meio de acesso a rede mundial de computadores "INTERNET" (Acesso Discado, Link Discado, via rádio, etc.), ou seja, um computador munido de hardwares para o meio de acesso com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

internet e softwares de comunicação sugeridos pela CONTRATADA. Nos casos onde houver filtros de pacotes (FIREWALL) a CONTRATADA deverá deter condições técnicas e legais para possíveis alterações nos filtros, mantendo, assim, permanentes condições de uso, com vistas a dar maior agilidade, eficiência e segurança à prestação do serviço (SUPORTE/ MANUTENÇÃO/ ATUALIZAÇÃO);

12.2.7. Informar e manter atualizado junto à contratada nome e telefone do gestor do contrato e seu substituto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante fica sujeito à penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:

- a) Não assinar/receber o contrato e/ou a Ordem de Serviço (OS), injustificadamente (inexecução total): até 03 (três) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);
- b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);
- c) Apresentar documentação falsa: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;
- d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- e) Por atraso injustificado na execução do Contrato, superior a 15 (quinze) dias: até 01 (um) ano;
- f) Por desistência da proposta, após declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 02 (dois) anos;
- g) Inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: até 04 (quatro) anos;

13.1. Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s), ainda, a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

13.1.1. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

- a) Multa de Mora: Por atraso injustificado para o início da execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) em até 05 (cinco) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela executada com atraso;
- b) Multa de Mora: Por atraso injustificado para o início da execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) superior a 05 (cinco) dias: 10% (dez por cento) sobre a parcela executada em atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) Multa de Mora: Por desistência da proposta, após declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço (OS), dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS);
- e) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta;
- f) Multa Compensatória: Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente;
- g) Multa Compensatória: Pela prestação de serviços em desacordo com as especificações, alteração de qualidade, quantidade e/ou rendimentos, ou quaisquer falhas que causem prejuízo a Administração: até 20% (vinte por cento) do valor total contratado;
- h) Multa Compensatória: Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: até 20% (vinte por cento) do valor contratado;
- i) Por desistência da proposta, após declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta

II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

- a) Fraude na execução da contratação;
- b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

13.2. As multas previstas no inciso I do item 13.2 poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.

13.3. As sanções previstas no item 13.1 e no inciso I do item 13.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do item 13.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

13.4. As sanções previstas no item 13.1 e no inciso I do item 13.2 são de competência da Subsecretária de Gestão Administrativa, ou de outro agente público definido em legislação específica, facultada a defesa prévia do Licitante, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

13.5. A sanção prevista no inciso II do item 13.2 é de competência do Ordenador da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, ou de outro agente público definido em legislação específica, facultada a defesa do Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

13.6. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. Este contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

14.2. O CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada.

14.3. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos serviços executados e aprovados pelo órgão fiscalizador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, por telegrama ou por fax, no endereço constante do Preâmbulo.

15.2. As comunicações feitas por fax deverão ser realizadas em remessas do original, dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória, ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vitória, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SECRETÁRIO DE XXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO I (DO CONTRATO) – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

VIDE ANEXO I DO EDITAL